



TERRITÓRIOS EDUCATIVOS PARA JUSTIÇA CLIMÁTICA

— Diálogos para um novo pacto
com a vida e o cuidado do planeta

REALIZADORES

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

_____ Organização da sociedade civil que, ao longo de quase três décadas, vem se consolidando como referência nacional na promoção do direito à Educação, articulando de forma sistêmica as agendas de Educação Integral, Territórios Educativos e Proteção Integral. Seu objetivo é transformar práticas e fomentar políticas públicas que garantam os direitos de crianças, adolescentes e jovens, com um compromisso inegociável com a equidade racial, de gênero e territorial.

PROGRAMA EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

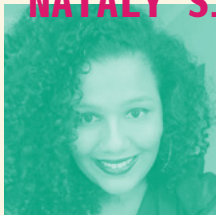
_____ Iniciativa da Cidade Escola Aprendiz que, por meio de projetos e experiências voltadas à integração entre comunidades, organizações sociais, equipamentos públicos e escolas, apoia a constituição de Territórios Educativos e colabora para o desenvolvimento integral de todas e todos, com especial atenção a crianças, adolescentes e jovens com equidade racial, de gênero e territorial.

CONSELHO CONSULTIVO | EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

_____ Ariela Doctors (Instituto Comida e Cultura), Beatriz Goulart, Bruno Souza (IBEAC e Coletivo Encrespades), Cássia Caneco (Instituto Pólis), Cleide Alves (UNAS), Cristiane Narciso Mariano (Fundação Gol de Letra), Débora Pontalti (UMAPAZ), Diane Pereira Sousa (Instituto Formação), Fabiana Luz (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo), Fabiana Cunha (FAS), Levindo Diniz (Grupo TEIA), Luciane Graciano, Márcio Taschetto (REDHUMANI), Maria Lúcia Bueno Fernandes (Faculdade de Educação da Universidade de Brasília), Monica Pilz Borba (Instituto 5Elementos), Nádia Almeida (ABREMC), Pedro Carlos Verde Filho (Estação Conhecimento Arari), Sônia Santos Lima de Carvalho (Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis).

ENTREVISTADORAS

NATALY SIMÕES



— Graduada em Jornalismo pela Universidade Guarulhos, tem experiência na cobertura da temática de Diversidade, Raça, Gênero e Direitos Humanos. Foi repórter no site Educação e Território (Cidade Escola Aprendiz) e repórter e editora no portal Alma Preta (2019-2025), veículo especializado na cobertura da temática racial no Brasil. Em 2023, foi eleita pelo Jornalistas & Cia como uma das 50 jornalistas negras mais admiradas da imprensa brasileira. Atualmente, é gerente de redação na Alma Preta.

TORY HELENA



— Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, é jornalista especializada em Educação, com mais de 10 anos de experiência com a temática. Atualmente, é editora nos sites Centro de Referências em Educação Integral e Educação e Território na Cidade Escola Aprendiz. Entre 2018 e 2022, foi repórter-sênior na Associação Nova Escola, onde participou da cocriação com educadores da plataforma digital de conteúdos pedagógicos Nova Escola Box. No período de 2014 a 2018, foi editora-assistente do site da CartaCapital, onde desenvolveu reportagens com foco em feminismo/gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS PARA JUSTIÇA CLIMÁTICA: DIÁLOGOS PARA UM NOVO PACTO COM A VIDA E O CUIDADO DO PLANETA

_____ Com a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) em Belém (PA), os olhares do mundo estão voltados para a Amazônia, para o Brasil e para as decisões necessárias para o enfrentamento da Crise Climática global.

A temática é urgente: 2024 foi o ano mais quente já registrado e os impactos das mudanças climáticas atingem, em especial, as populações mais vulnerabilizadas, potencializados pelo Racismo Ambiental e pelas desigualdades históricas de raça, gênero e território.

A luta pela Justiça Climática é, portanto, central para a constituição de Territórios Educativos. Diante disso, o programa Educação

e Território da Cidade Escola Aprendiz debruçou-se sobre o desafio de compreender como a Crise Climática atravessa de forma desigual a relação das pessoas com o território e, ao mesmo tempo, de que forma a articulação entre escolas, famílias, organizações da sociedade civil e equipamentos públicos pode fortalecer um ecossistema de cuidado, cultura e proteção com equidade.

O material que apresentamos resulta de uma escuta de diversos atores da sociedade civil brasileira - educadores, ativistas, pesquisadores e lideranças comunitárias - em sua maioria, parte do conselho consultivo do programa Educação e Território. Nele, procuramos levantar problemáticas, coletar reflexões e desenhar caminhos para o futuro, colocando no centro o papel dos territórios que educam diante da Crise Climática. Além dessa publicação, o conteúdo também está disponível em audiovisual e em podcast e pode ser acessado gratuitamente no site e nas redes sociais do programa.

Esperamos que o material possa jogar luz na busca de soluções coletivas para que, diante do novo regime climático do planeta, possamos assegurar Justiça Climática para todos.

Boa leitura!

Programa Educação e Território/Cidade Escola Aprendiz

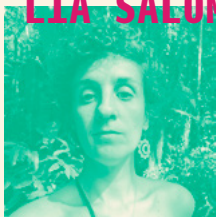
INTRODUÇÃO: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS, JUSTIÇA CLIMÁTICA E COP30

#1

Qual é o papel dos territórios que educam diante da crise no clima? Como a ideia de Justiça Climática se articula e se potencializa com as propostas dos Territórios Educativos? A conversa a seguir¹ explora as convergências entre os conceitos de Territórios Educativos e Justiça Climática, à luz da urgência e do foco global catalisado pela realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém (PA).

¹ A entrevista foi realizada em 16.05.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.

LIA SALOMÃO



Geógrafa formada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e possui experiência na temática de Educação Ambiental. Na Cidade Escola Aprendiz, é coordenadora do programa Educação e Território, iniciativa que busca promover a constituição de Territórios Educativos no Brasil.

RAIANA RIBEIRO



Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), construiu sua trajetória em organizações da sociedade civil, redes e iniciativas voltadas à garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Atualmente, integra a Direção Colegiada da Cidade Escola Aprendiz, onde coordena os programas Centro de Referências em Educação Integral, Educação e Território e Proteção Integral — iniciativas de abrangência nacional que articulam de forma sistêmica Educação, Território e Direitos Humanos, com foco na incidência em políticas públicas e na promoção da equidade.

TORY HELENA_A ideia de Justiça Climática assumiu posição central nos debates sobre o meio ambiente, como, por exemplo, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, que está sendo realizada em maio de 2025, e a COP30, prevista para acontecer em novembro em Belém (PA).

O que é Justiça Climática e como esse conceito, que é relativamente novo, atualiza essa discussão sobre o clima, relacionando-o com Educação e Equidade?

LIA SALOMÃO_Quando pensamos em Justiça Climática, estamos falando de uma chamada para a ação e para as diferentes convergências possíveis em termos de chamada de pessoas e de agendas. É uma ideia de engajamento e uma ideia de luta, por isso ela tem essa cara de ação. Muito se fala sobre Mudanças Climáticas e acho que está mais do que pactuado, pelo menos no

O QUE SÃO TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Os Territórios Educativos reconhecem, promovem e exercem um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos. Nos Territórios Educativos as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano.

nosso campo de atuação, que as Mudanças Climáticas não só existem, mas elas estão em curso — muito mais rápidas do que muitos pesquisadores previram. As Mudanças Climáticas são a nossa situação atual, que vai gerar uma série de emergências climáticas.

Partimos da ideia de que, se as mudanças existem e já estão acontecendo em nível global, isso vai gerar, em nível local, dos municípios, dos territórios e dos estados, uma emergência climática.

Ou seja, algo precisa ser feito no âmbito das políticas públicas, das organizações da sociedade civil, das instituições, das pessoas. Estamos num estado de emergência climática, e existe um contingente populacional majoritário que sofre e que está, neste momento, em emergência primeiro, mais do que a totalidade da população.

Quando pensamos nisso – que há uma distribuição desigual dessa emergência e das situações geradas por ela – também pensamos que não é justa a distribuição do problema e do sofrimento que as mudanças climáticas vão gerar nas populações. **E, a partir do momento que não é equitativo, que não é justo, a resposta também precisa ser em busca de Justiça.**

O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA

O conceito de Justiça Climática atualiza o debate climático-ambiental, reconhecendo que as populações vulnerabilizadas (como a negra, a indígena e a periférica) são as mais afetadas pela Crise Climática e que, portanto, precisam ter seus direitos garantidos. Assim, a Justiça Climática propõe uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades na mitigação dos impactos da Crise Climática.

A ideia de Justiça Climática contém uma chamada para que haja um engajamento amplo e total nas questões climáticas, já que existe uma desigualdade na distribuição de sofrimento e de emergências com relação ao clima.

Na Cidade Escola Aprendiz, decidimos nos engajar nessa agenda, que é uma agenda de luta por Justiça Climática, uma agenda de luta por equidade.

É uma agenda que vai dizer: “Se as populações negras, periféricas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas são as que mais sofrem com as mudanças climáticas e são as que menos geraram todo o impacto ambiental, então, essas populações precisam estar na conversa sobre a questão climática”. [A Justiça Climática] é uma luta para incluir todas essas pessoas, principalmente as que mais sofrem, e incluir todas as agendas pela garantia de direitos para pensar nas emergências climáticas.

A Justiça Climática é uma luta fundamentalmente por equidade.

RAIANA RIBEIRO_ Eu acrescentaria que, aqui na Cidade Escola Aprendiz, estamos entendendo que a ideia de Justiça Climática nos convoca a pensar essa crise como uma crise sistêmica, uma crise de Direitos. E uma crise que vai colocando uma pergunta fundamental: quem pode, quem tem o direito de viver com dignidade, num meio ambiente, num planeta saudável e equilibrado? Quem tem o direito de viver com dignidade e com seus direitos garantidos?

A Lia aponta muito bem como a emergência climática e essa crise afetam de forma desigual as diferentes populações. Para além das que ela já citou, eu acrescentaria as crianças, adolescentes e

mulheres, que também são afetadas e impactadas pelas consequências da Crise Climática de maneira desigual.

Acho que a Justiça Climática ajuda a lançar um olhar interseccional para essas questões, entendendo como é que elas afetam de maneira desigual diferentes populações e, ao mesmo tempo, **como é que garantimos que esses mais afetados possam integrar essa governança ambiental**, essa governança que, no ano de 2025, a COP30 em Belém (PA) deixa bastante em evidência.

Assim, a noção de Justiça Climática está nos convocando a pensar como essa participação deve acontecer — e como as reflexões sobre o futuro do planeta precisam estar na ordem do dia.

NATALY SIMÕES_ Já entrando também no tema que dá nome à nossa série, como podemos explicar o que são Territórios Educativos?

RAIANA RIBEIRO_ Temos feito esse exercício de articular a noção de Território Educativo com o direito à Justiça Climática. Para além do que começamos conversando, a Justiça Climática também atualiza e confere centralidade à Educação. É a partir da Educação, na perspectiva de uma Educação Integral, de uma Educação que está observando e está atenta às diferentes dimensões dos sujeitos, que poderemos **garantir uma formação que dê conta de novas formas de ser e estar no mundo.**

Falamos muito sobre uma Educação que apoie a formação de sujeitos críticos, que sejam responsáveis consigo, com o outro e com o meio. Então, para alcançar a Justiça Climática, a Educação vai precisar cumprir cada vez mais o seu papel. E a

ideia de uma Educação Integral está sempre associada à noção de Território Educativo.

Não conseguimos pensar essa formação integral dos sujeitos sem que esteja enraizada nos territórios, sem compreender quem são e como vivem esses diferentes sujeitos.

E que, a partir desses saberes, conhecimentos, trajetórias e culturas, garantir que os diferentes aspectos do território — sejam os espaços, os tempos, as dinâmicas, os equipamentos, as outras políticas, que não necessariamente as políticas educacionais — estejam assumindo essa intencionalidade e assegurando um processo formativo que se dá ao longo da vida, para além dos muros da escola e para além da etapa escolar.

Esse esforço de articulação das duas agendas tem a ver com tornar cada vez mais visível como elas precisam estar integradas e são fundamentais para o combate ao Racismo Ambiental, garantindo equidade e fortalecendo esse compromisso, mas, sobretudo, lançando luz e dando força para a ideia de que **é a partir da Educação, é dando centralidade a ela, que vamos conseguir repensar e forjar novas formas de estar nesse mundo.**

LIA SALOMÃO _ Quando pensamos em Território Educativo, pensamos fundamentalmente em participação e articulação. Quando trazemos essa camada da questão climática e da luta por direitos a partir da perspectiva ambiental, temos feito essa chamada: **precisamos estar juntos pela Educação.** Porque pensamos no desenvolvimento integral dessas pessoas que estão nesse território, mas também tem aí uma chamada para esse fazer junto, em colaboração

e um fazer participativo, também por conta da questão climática, que é urgente e uma emergência que interessa a todos os agentes.

Quem está lutando por moradia ou por mais áreas verdes nas cidades também está nessa luta comum que é a Justiça Climática, que é pensar como é que teremos a continuidade da vida no planeta e como teremos bem-estar e qualidade de vida nesses territórios.

Vai nos parecendo que também é uma convocatória de um lugar comum. O convite para esse lugar comum que é o estar no mundo com qualidade. Vivenciar os espaços e territórios com qualidade é um direito de todos e interessa a todos.

Então, vai ficando até difícil dissociar o que é uma luta por Territórios Educativos dessa luta que é uma luta pelo bem-estar das pessoas e do planeta.

É interessante pensar como são duas lutas que vão se tornando cada vez mais indissociáveis, porque, no final das contas, é uma luta por direitos.

TORY HELENA_Lia, você tem uma trajetória na questão da Educação Ambiental e Climática. Quando você começou a se aproximar desses temas, você fazia ideia que ia ter uma convergência tão grande? Que Territórios Educativos iam conversar diretamente com a Justiça Climática? Ou você foi surpreendida como todos nós – menos os cientistas que já sabiam que ia piorar?

LIA SALOMÃO_Na verdade, fiquei surpreendida por isso não ter estado sempre junto. É muito interessante. Eu venho de uma trajetória com Educação Ambiental, sou Geógrafa e educadora

ambiental, venho desse mundo do meio ambiente, digamos assim. E quando estava numa trajetória que era puramente de meio ambiente, eu não entendia por que as pessoas que trabalham com meio ambiente não estavam trabalhando com garantia de direitos, com equidade, em prol da Educação. Era um estranhamento.

Quando eu trabalhava com Educação Ambiental, já estava pensando numa Educação Ambiental a serviço de uma noção de Cidadania. E quando mergulhei na área da Educação, me surpreendeu que não estava todo mundo falando de Educação Ambiental.

Acho que essa é a grande vantagem desse momento de COP30 no Brasil: está deixando explícito para essas agendas que são tão parecidas na forma de lutar e que estão lutando por direitos, que, na verdade, elas sempre estiveram juntas, mas está trazendo essas duas agendas para um trabalho comum, para um trabalho coletivo.

Acho que isso é uma oportunidade também - essa sim é um pouco nova - de, ao estarmos juntos, discutir o que interessa. Quando a gente está junto e vai discutir o que interessa, o que interessa mesmo é pensar uma Educação Antirracista, é pensar Justiça Climática, é pensar convivência e participação. Então, é isso que importa. Se é isso que importa, estamos todos juntos. Esse é o momento atual.

Acho que isso tem sido muito legal de ver que, às vezes, pensamos que só se está andando para trás, mas essas convergências e articulações é andar para frente, de alguma forma.

RAIANA RIBEIRO_ Acho que tanto a reflexão e o que temos produzido, além do que o Brasil e o mundo têm forjado em termos de Território Educativo, temos também a convergência com a ideia de Cidade Educadora – e o campo da Justiça Climática tem muito a ver com “fazer com” e não “fazer para”.

Acho que esse é um compromisso que assumimos nas duas agendas e temos tentado colocar em prática, temos cuidado de estratégias que possam, primeiro, reconhecer aquilo que já é feito, isto é, o conhecimento que já existe nesses territórios, para, a partir deles, construir os caminhos que são contextualizados e pertinentes para aquelas comunidades.

A outra coisa é: qual é o papel da escola? Toda vez que falamos de Educação, estamos falando de algo mais amplo do que o trabalho que as escolas realizam, mas acho que não dá para ignorar que elas também precisam ter centralidade, cumprir um papel importante nesse processo.

Tem uma pesquisa feita pelo Instituto Alana nas capitais brasileiras que demonstra que 52,4%, metade das escolas dessas capitais que estão dentro de favelas ou de comunidades urbanas, não têm área verde dentro do seu lote. Aqui tem mais uma perspectiva: o acesso e o Direito das Crianças e dos Adolescentes à Natureza e como estamos constituindo espaços - como a escola - que negam esse acesso, negam esse direito.

Do ponto de vista da racialização, o estudo vai demonstrar que 36,4%, ou seja, um terço dessas escolas de maioria negra, registra temperaturas 3,6 graus acima do que a sua capital registra. Ou seja, estamos falando de ondas de calor, de conforto térmico e também

de arquitetura e de infraestrutura escolar num contexto de Crise Climática . Um dado que saltou muito aos olhos é que metade das escolas em área de risco são predominantemente negras. O mesmo número para escolas predominantemente brancas é de 4,7%.

Acho que, para além do papel das escolas na formação dos sujeitos, na transversalização de uma Educação Ambiental que deixa de ser tema ou conteúdo fragmentado e passa a ser uma prática permanente, também vamos precisar ampliar essa discussão, pensando na localização dessas escolas e como elas estão atravessadas pelo Racismo Ambiental. Isso confere à escola um papel muito importante.

NATALY SIMÕES_ Para que a Justiça Climática se torne algo concreto, como avaliam que devem ser as políticas públicas presentes nos territórios?

RAIANA RIBEIRO_ Um pouco do que trazemos aqui vai dando pistas de como essas políticas públicas podem ser formuladas e implementadas. Diria que precisamos de políticas públicas contextualizadas, que reconheçam o território no qual elas estão inseridas e as populações que serão atendidas por essas políticas públicas. A contextualização é um ponto de partida.

Já falamos muito aqui, mas elas precisam ser políticas públicas produzidas e cocriadas por esses sujeitos. A dimensão da participação e da democracia é fundamental para que essas políticas públicas sejam pertinentes, para que elas guardem coerência e para que tenham, de fato, reflexo na vida desses sujeitos todos.

Aqui na [Cidade Escola] Aprendiz, defendemos há muitos anos a necessidade de políticas públicas intersetoriais. Pensar a Justiça Climática demanda articulação e integração entre os diferentes setores: entre a Educação, o Meio Ambiente, o Transporte, a Saúde, enfim, a Assistência Social, as políticas de cuidado. Falamos da necessidade de que esses diferentes campos do conhecimento, traduzidos a partir de políticas setoriais, estejam em convergência, olhando para como a Crise Climática tem afetado a vida das diferentes populações.

Nesse âmbito, por fim, destacaria que essas políticas precisam, de fato, lançar um olhar interseccional para como essas diferentes desigualdades se sobrepõem – acabei de citar alguns dados que mostram como Racismo, Meio Ambiente e Educação estão produzindo ainda mais desigualdade.

Então, se essas políticas também não observarem essas diferenças, a tendência é constituir soluções e caminhos pouco efetivos ou muito centralizados, homogeneizantes e verticalizados, que é um pouco a tradição de política pública no Brasil.

LIA SALOMÃO _ Para fazer uma correlação com os Territórios Educativos – com essa que é a nossa agenda do coração no Programa Educação e Território – acho que isso é o que tem nos dado mais trabalho.

Ainda que, muitas vezes, os sujeitos, os agentes públicos, compreendam essa interseccionalidade ou essa intersectorialidade como necessidades, esse ainda é um ponto de maior energia da articulação: colocar todo mundo numa mesa para conversar. Isso acontece,

é um esforço formativo, de leitura de dados, de diagnóstico, ele acontece. Mas convocar as políticas públicas para serem formuladas a partir desses espaços de convergência, de encontro, de uma leitura verdadeira sobre essas realidades e, portanto, interseccionais, ainda é uma energia importante a ser colocada.

Pensando no fazer cotidiano, vamos pensar um território articulado, com participação, com as vozes dessas diversidades, que consiga enraizar as diferenças, a diversidade. Mas a intersectorialidade da política pública, de fato, eu acho que é uma coisa que ainda vai precisar testar, fazer junto, quebrar a cabeça e amadurecer, porque, sem as políticas públicas, as ações passam.

A COP30 vai ser no Brasil só esse ano, mas precisamos de políticas públicas permanentes que sustentem essa discussão de uma forma mais integrada.

O que será que vai ficar desse ano de COP, dessas discussões e espaços de diálogo que estão aí postos, se nós não enraizarmos tudo isso em políticas públicas permanentes? Fiquei pensando um pouco nisso.

TORY HELENA_ Na perspectiva da Educação Integral e dos Territórios Educativos, a ideia é que todos esses agentes estejam articulados. Como que essa mesma articulação territorial, essa mesma intersectorialidade, opera na garantia do Direito à Justiça Climática?

LIA SALOMÃO_ Estamos falando de colocar todo mundo para pensar quais são as nossas prioridades. Pode parecer simples, mas, no

final, estamos falando de colocar todo mundo para definir prioridades. Não é criar um outro grupo, fórum, debate. Quando temos um fórum, um espaço, um grupo intersetorial, um comitê que está discutindo garantia de direitos, é nesse lugar que precisamos garantir também a discussão de Justiça Climática e, portanto, de Racismo Ambiental. Estamos falando dessa mesma população e de uma mesma luta.

“Ah, mas vai disputar a agenda”. Existe aqui o Sistema de Garantia de Direitos. Precisa chamar outro sistema para resolver a questão ambiental? Tem que ter outro espaço? Acho que não.

Temos visto e experimentado nos territórios que é o Sistema de Garantia de Direitos que tem a capacidade de puxar essa discussão de equidade, de Justiça Climática e do enfrentamento ao Racismo Ambiental. Porque é lá que estão esses diferentes agentes comprometidos com essas pessoas e, fundamentalmente, com as crianças, adolescentes e jovens.

A mesa de discussão já está criada em todos os lugares. Em todos os municípios há um espaço de discussão intersetorial para discutir as crianças que estão fora da escola, para discutir o risco ambiental, a ausência de transporte público que garanta que a população acesse os seus direitos e os equipamentos públicos.

É nessas mesas de discussão que tem que estar sendo discutido também a Justiça Climática. E é por isso que Justiça Climática é tão perto de Território Educativo: porque é essa mesma mesa de discussão.

RAIANA RIBEIRO_ Plenamente de acordo. Acho que o que temos visto nos territórios é esse desafio. Acompanhamos as enchentes no Rio Grande do Sul, a seca no Norte – e talvez seja um pouco novo para os agentes do Sistema de Garantia de Direitos essa transversalização da pauta da Justiça Climática.

Mas nos parece muito fundamental que isso aconteça, nos parece urgente que essas mesas de articulação passem a assumir a Justiça Climática como uma pauta permanente.

Os dados vão demonstrar que está ficando quase impossível de não ser uma conversa dentro das redes de proteção. Queria reforçar que o Conselho Tutelar é uma conquista da nossa democracia, uma conquista da sociedade civil e uma conquista para proteção integral das crianças e dos adolescentes brasileiros. E que incrível será o conselheiro tutelar poder estar apropriado, consciente e podendo agir da maneira mais efetiva possível nesse contexto de Crise Climática .

Temos nos perguntado qual é o melhor caminho e como construir estratégias, formativas ou de construção de políticas públicas mais integradas, que coloquem também o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente com a Justiça Climática na ordem do dia.

LIA SALOMÃO_ Posso fazer um comentário? Tem o conselheiro tutelar, mas queria grifar e saudar os agentes ambientais. Muitas vezes, aprendemos sobre o que são os territórios, o que é esse fazer territorializado. O quanto aprendemos com os agentes comunitários de saúde (ACS). O Sistema Único de Saúde (SUS) trabalha a partir de

uma perspectiva territorializada, então, eles dão aula sobre o que é olhar para o território de forma sensível. Esse olhar sensível para a Saúde tem feito um diálogo importante com a questão ambiental e com a justiça climática.

Tem o professor, que é esse agente fundamental, o Conselho Tutelar, como é que a gente forma, ajuda, traz para perto... como uma chave para esse momento.

Está aqui quebra-cabeça: como trazer essa galera para cada vez mais perto da Justiça Climática. Acho que essa é a nossa grande inquietação do momento.

NATALY SIMÕES_ Agora, pensando de forma crítica nos sujeitos e nas vozes que costumam ocupar os debates nos quais se fala sobre a formulação de políticas públicas voltadas para a pauta climática, vocês costumam defender a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes. Por que é tão importante esse protagonismo?

RAIANA RIBEIRO_ Essa é uma contribuição muito relevante da agenda de Territórios Educativos. Na perspectiva da Educação Integral, a participação de crianças e adolescentes muda toda a história. Desde a fundação, a Cidade Escola Aprendiz foi desenvolvendo com as crianças as estratégias educativas e foi aprendendo a partir delas a criar o Bairro-Escola².

2 O Bairro-Escola, desenvolvido desde 1997 pela Cidade Escola Aprendiz, originalmente em São Paulo (SP), é uma proposta de aprendizagem compartilhada que articula e aproxima escolas, comunidades, organizações sociais, empresas e poder público, com o objetivo de promover condições para o desenvolvimento integral de indivíduos e territórios, com especial atenção às crianças, adolescentes e jovens.

Hoje, pensar Território Educativo dissociado da participação desses sujeitos é impossível. Inclusive, diria que estaríamos violando um direito, porque o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) assegura que esses sujeitos tenham direito à participação, direito à voz, sobretudo, nas decisões que os afetam. Talvez esse seja um aspecto que ainda precise ser fortalecido.

O Brasil tem experiências de participação de crianças e adolescentes interessantes em diferentes territórios, com diferentes perspectivas e focos, mas acho que aqui, quando pensamos em Justiça Climática, continuamos defendendo a pertinência de que elas sejam ouvidas.

Primeiro, porque elas são as mais afetadas pela mudança climática. Depois, porque entendemos que as crianças são sensíveis, criativas e têm muito a contribuir para qualificar a reflexão sobre quais caminhos devemos seguir para enfrentar e para também prevenir as mudanças ambientais. Aprendemos muito com elas.

O Ciespi/PUC-Rio fez uma escuta com 200 adolescentes e jovens em 10 cidades brasileiras³. A pesquisa vai revelando que é nítido tanto o papel da escola, porque são adolescentes e jovens que estão dentro das escolas, e a escola pode fomentar a partir da Educação Ambiental práticas mais efetivas nesse sentido, mas também que são crianças, adolescentes e jovens sedentos por poder estar engajados, pensando e refletindo criticamente sobre como essas mudanças afetam o seu dia a dia, a sua vida, a vida das

3 Pesquisa [Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil](#) (2024).

suas famílias, a vida das suas comunidades e dos seus territórios. Acho que temos um campo grande de atuação para pensar e aprender com elas, sobretudo.

LIA SALOMÃO _ Tem um negócio que é assim: as crianças, os adolescentes e jovens estão dizendo na pesquisa do Ciespi que querem saber mais. Eles sabem que as mudanças climáticas existem. Eles querem fazer alguma coisa e não estão fazendo nada hoje.

As crianças, os adolescentes, os jovens, eles estão sabendo, eles estão sentindo [as mudanças climáticas]. Isso está sendo dito na escola, isso está sendo dito na televisão.

E aí quando vamos para o fazer: então agora vamos fazer alguma coisa. Gente, o mundo está isso aí, né? Está acabando, vocês estão vendo, o negócio está feio. Agora, vamos nos reunir e fazer um vasinho de garrafa pet.

A provocação é enorme, é dolorida, é macro. E a ação, a atuação, ela vai para um lugar que tem que ser micro, tem que ser na capacidade do sujeito, mas ela vai para um lugar que não dialoga com o problema em si.

Percebemos uma série de ações bem intencionadas de Educação Ambiental e Climática que não dialoga com o que está acontecendo no mundo e no dia a dia dessas crianças enquanto emergência climática, com aquilo que está se propondo enquanto atuação, mobilização, prática pedagógica, prática de gestão na

escola, prática na Unidade Básica de Saúde (UBS),⁴ no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)⁵.

Está muito descolada a prática do dia a dia para a mudança climática e para o meio ambiente. Vai para pensar na reciclagem, a ação está neste lugar. Só que o problema está num lugar muito mais transversal, ele é muito mais da incidência em política pública.

Nos sentimos muito convocados a pensar uma mobilização e uma atuação - que é junto com as crianças e adolescentes - para desenhar política pública, para atormentar o gestor público sobre uma intersectorialidade que já existe na prática, por uma mobilização, pela limpeza do córrego que está ali na frente da casa dessas crianças e adolescentes, por pensar como é que as cooperativas de catadores estão organizadas e se organizando localmente, territorialmente, para resolver um problema ambiental. São agentes

4 As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) e oferecem serviços que englobam a Atenção Primária, contribuindo para o aumento da qualidade de vida, promoção da saúde e para a redução dos encaminhamentos aos hospitais, além de consultas com médicos e enfermeiros, oficinas de planejamento familiar, grupos educativos e de atividades físicas, orientação sobre alimentação saudável e outros.

5 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como o primeiro contato das famílias com o SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de muitas famílias à rede de proteção social de assistência social. O objetivo do CRAS é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

ambientais fundamentais do território, eles estão lá, estão trabalhando lá.

Mas ainda não conectamos as nossas práticas de Educação Ambiental e Climática ao problema em si. Ficam dois universos ainda muito descolados. Ainda estamos falando e mostrando no vídeo, no slide, o derretimento da calota polar e os ursos polares que estão ficando sem casa.

Isso, sistemicamente, é um problema aqui, localmente? É um problema. O derretimento das calotas polares vai fazer aumentar o nível do mar e teremos muitas áreas alagadas e impossíveis de morar. É verdade. Mas daí a achar que o derretimento da calota polar e os ursos polares vai engajar e mobilizar essas crianças e adolescentes como elas querem ser mobilizadas, está nos parecendo que não é o caminho.

Qual é o caminho? O engajamento com o território é o caminho para a Justiça Climática. É o engajamento que vai trazer as pessoas que são daqui, que são da minha vizinhança, para conversar.

Nos sentimos muito convocadas a pensar como juntar as pontas: crianças interessadas, com potência em se engajar, com um engajamento que seja com sentido, territorializado. Parece que o caminho está um pouco por aí.

RAIANA RIBEIRO_ Acho que a Lia trouxe muito bem como temos práticas hoje de Educação Ambiental que estão muito circunscritas, muito pequenas, pontuais e fragmentadas. Ou temos uma discussão de Educação Ambiental totalmente ampla, generalista e de difícil acesso, inclusive porque as calotas polares, afinal de contas,

não estão aqui no nosso universo cotidiano, menos ainda no das crianças e adolescentes brasileiras.

A prática de Educação Ambiental que está sendo realizada é participativa? Ela é interdisciplinar, articula diferentes áreas do conhecimento, diferentes professores e equipamentos do território? Ela aproxima a comunidade, envolve as famílias, de fato, ativa uma ação?

Porque eu acho que a ideia de que teoria e práxis caminham juntas na Educação Ambiental também é fundamental para pensar as crianças e os adolescentes como agentes ambientais e como agentes de transformação desses territórios.

TORY HELENA_Todos os olhos estão se voltando para Belém, para a COP30 em novembro. Qual é a expectativa com relação a esse evento? O que vocês acham que pode sair dali de interessante? Que perspectiva vocês podem compartilhar sobre essa expectativa para a realização desse megaevento diplomático e climático?

LIA SALOMÃO_A primeira coisa é: que bom que vai ter essa COP aqui no Brasil. Podemos começar fazendo críticas sobre as dificuldades de estar, participar, incidir, mas não podemos esquecer da dimensão política de colocar a Amazônia no mapa da questão ambiental.

Não como uma hipótese ou como uma floresta, mas como Belém, que é uma capital, lugar de encontro de muitas comunidades, vindas de territórios amazônicos muito diferentes. É uma cidade com uma urbanização consolidada e cheia de desafios de deslocamento, de mobilidade, de desigualdade, de moradia.

Belém vai mostrar para o mundo que a Amazônia é floresta, mas é também comunidade ribeirinha, é também área urbana, com desafios como muitas áreas urbanas no mundo. Precisamos celebrar essa discussão estar sendo levada para lá, é um avanço político super importante.

Para quem trabalha na área de Educação Ambiental, também é fundamental. [A COP30] ser aqui [em Belém] está permitindo fazer esse encontro de agendas, de setores, de organizações, instituições. Acho que está sendo muito importante esse calor. Está aquecido, para fazer aqui o trocadilho péssimo, mas temos aquecido essa discussão no Brasil e isso é super importante.

Mas, de alguma forma, a COP também é tipo a calota polar. Ela está distante do dia a dia dessas crianças, adolescentes e jovens com os quais nos preocupamos e trabalhamos junto. [A COP] É um lugar diplomático, com adultos decidindo numa diplomacia que tem muitas outras coisas envolvidas. Infelizmente, é um monte de homens brancos que estarão sentados pensando quais acordos são possíveis, principalmente pensando em financiamento e possibilidades de mitigação. Há um desnível também naquilo que estamos convocando para participação e articulação e aquilo que, de fato, seremos capazes de produzir num espaço diplomático tão ampliado.

Falando para a área ambiental, o quanto vamos precisar organizar essa expectativa? Há várias organizações da sociedade civil e departamentos de estados, das políticas públicas que vão participar. Precisamos pôr neles essa fé de que, de alguma forma, eles possam incidir com agendas mais territorializadas, e que estejam

pensando na questão racial, de gênero e territorial. Existe um universo representativo que estará lá pensando nisso.

Ao mesmo tempo, isso não pode esfriar uma discussão territorializada nas escolas, nas UBS, nos CRAS, nas ruas, nos parques, porque não é ela que vai, necessariamente, chegar lá nessa COP. Não vamos conseguir estar todo mundo na COP, nesse espaço frio e diplomático de discussão, mas precisamos aproveitar que a discussão está acontecendo nas pontas e nos territórios e ajudar a fazer transformações de processos formativos e de engajamento, que é com aquilo que estamos preocupadas aqui no dia a dia e que é significativo para as populações dos territórios.

Guardar esses devidos lugares também: a importância da COP aqui e a importância que ela vire elementos, espaços, eventos, formações nos territórios e encontros que acontecem nos territórios, já que não vai estar todo mundo lá em Belém.

RAIANA RIBEIRO_ Temos tentado mediar e cuidar um pouco das expectativas em relação à COP30. Sem sombra de dúvidas, é um evento muito simbólico, que vai ocupar uma cidade como Belém. É uma COP repleta de simbolismos e que vai ter que enfrentar o desafio de ir além desses simbolismos.

Será também uma conferência para avançar medidas e compromissos mais práticos em relação ao que estamos vivenciando. Do ponto de vista do seu legado e da sua contribuição, sem sombra de dúvidas, ela acontecer em Belém vai mostrar a força e a potência de quem sabe resolver essa Crise Climática, que são os povos indígenas, os povos quilombolas, os povos tradicionais, que estarão

lá organizados a partir dos movimentos sociais, pautando novas formas de governança ambiental para o planeta.

Em alguma medida, precisamos escutar muito bem o que vai acontecer nessa COP, olhar para o que a sociedade civil ali presente, essas comunidades e essas populações, vão estar dizendo, vão estar afirmando, para que possamos repensar e revisar, inclusive, aquilo que temos feito no nosso cotidiano nos territórios, do ponto de vista de uma Educação Ambiental e Climática mais assertiva, mais efetiva.

Aqui temos outra preocupação muito particular. Belém vai receber cerca de 40 mil pessoas. O País recebeu megaeventos recentemente, nos últimos 10 anos, e algo que nos preocupa muito é a demanda de proteção integral a crianças e adolescentes durante o evento. Queria aqui ressaltar que a COP30, como um evento em si, precisa garantir que as nossas crianças e adolescentes estejam cuidadas durante esse evento diplomático.

Trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violência podem ser agravadas durante o mês de novembro nesse território paraense. Então, [precisamos] convocar a todos e todas as redes de proteção e também aos órgãos públicos e as autoridades que lá estiverem a se comprometerem a garantir o direito das nossas crianças, inclusive durante a COP30.

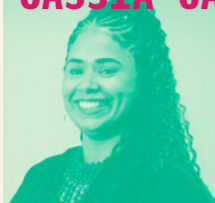
JUSTIÇA CLIMÁTICA: O PAPEL DA CULTURA NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

#2

_____ Como a cultura produzida nos territórios pode potencializar a Justiça Climática? Tocando em temáticas como cultura negra, periferias e Territórios Educativos, a conversa a seguir⁶ explora conexões entre as agendas culturais e de Justiça Climática a partir da experiência de coletivos periféricos em São Paulo (SP).

6 A entrevista foi realizada em 14.05.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.

CÁSSIA CANECO



— Cássia Caneco é atriz, pedagoga e coordenadora de projetos culturais desde 2013, com ampla experiência nas áreas de cidadania cultural, juventude e participação. Atualmente, é diretora-executiva do Instituto Pólis, onde coordena o eixo de Justiça Racial, Gênero e LGBTQIAPN+, além de integrar o Conselho Consultivo do programa Educação e Território da Cidade Escola Aprendiz. Cássia também faz parte do Coletivo Periferia Preta, com atuação na promoção e valorização da memória e produção cultural preta, LGBTQIAPN+ e periférica.

TORY HELENA A Justiça Climática é uma forma de se contrapor à realidade do Racismo Ambiental, conceito que explica a distorção e a desigualdade agravada pela Crise Climática . Ou seja, as populações negras, indígenas e periféricas são mais atingidas pelas consequências e, ao mesmo tempo, são excluídas ou pouco ouvidas sobre esse tema.

Em especial no Brasil, que é um país de maioria negra, é possível pensar em ações efetivas para a crise no clima sem considerar a equidade racial e territorial?

CÁSSIA CANECO É impossível falar de Justiça Climática sem considerar raça, gênero e território. O que chamamos de Crise Climática vem para adensar, para inflar, a crise de desigualdades que já vivíamos.

Então, todas as vezes em que pensamos em políticas que considerem a questão climática, nesse atual cenário, sempre colocamos em perspectiva a vida das pessoas que estão no território. Isso é muito importante de se considerar nessa questão climática que, não, de nenhuma maneira, ataca ou está posta para as pessoas da mesma maneira.

O QUE É RACISMO AMBIENTAL

Racismo Ambiental (ou Racismo Climático) é um conceito que explica o impacto desproporcional da Crise Climática para as populações negras, indígenas, periféricas e outros grupos submetidos a vulnerabilidades raciais, sociais e econômicas.

NATALY SIMÕES_A pesquisa Justiça Urbana⁷, divulgada pela ONG Greenpeace em 2023, mostra que as pessoas das classes C e D se sentem mais inseguras em relação aos eventos climáticos do que pessoas das classes A e B. Essa preocupação também é maior entre pessoas negras em comparação com as brancas. De que forma você avalia que pessoas negras e pobres sofrem mais diretamente os efeitos da crise no clima?

CÁSSIA CANECO_São as pessoas que estão nos territórios periféricos, historicamente marginalizados, que, embora tenham ajudado a construir a cidade, enfrentam as enchentes, os deslizamentos, as temperaturas altas. Isso impacta diretamente na saúde física e mental, sobretudo quando se considera o trabalho de mulheres negras cuidadoras. Então, há impacto físico e psicológico de se viver essas questões climáticas.

O que estudos como esse comprovam é que as pessoas negras têm mais medo, porque elas estão, de fato, mais vulneráveis a esse tipo de situação. Quando pensamos em planejamento urbano, sabemos que existe uma infraestrutura capaz de mitigar certos impactos, mas ela não está posta para todo mundo.

O que temos chamado de Crise Climática é uma crise de Direitos Humanos. É uma crise urbana, uma crise racial e crise territorial também.

TORY HELENA_Como as ações culturais nos territórios podem pautar a Justiça Climática por meio da Cultura?

⁷ [Pesquisa Justiça Urbana \(Greenpeace, 2023\)](#)

CÁSSIA CANECO_Aqui em Sapopemba⁸, temos atuado na perspectiva de pensar os Territórios Educativos. De maneira geral, nas quebradas de São Paulo (SP) e do país, percebemos que as pessoas que moram onde há grande vulnerabilidade encontram maneiras de criar práticas de coletivização, denúncia e de imaginação política por meio da Cultura.

Em Sapopemba, há uma organização que atua faz muito tempo, mas que, sobretudo desde a pandemia, tem se organizado para fazer aquela máxima do “luto vira luta”.

Há muitas questões nesse processo e não estou aqui para romantizar nossa atuação, mas temos trabalhado bastante com memória para mostrar que as nossas vidas importam, que estarmos nesse território importa. E temos feito uma série de práticas, que incluem organizações comunitárias para informar e mitigar as questões postas para o território.

Vou dar um exemplo. Durante a pandemia, quando as pessoas ainda não sabiam como evitar o contágio por Covid-19, foram os coletivos que primeiro deram as informações sobre o que era o vírus e como se preservar, além de distribuíram cestas básicas e costurarem as primeiras máscaras de pano.

E, todas as vezes que encontramos situações como essa, são os coletivos que se organizam primeiro. [Se organizam] nesse movimento de utilizar a Arte e a Cultura como mecanismos de informação, formação e valorização destes corpos e pessoas no território.

8 Distrito da Zona Leste de São Paulo (SP), é o quarto mais populoso da capital, com 266 mil habitantes (IBGE 2022).

Esses coletivos têm a Pedagogia da Vivência, nascida da experiência de conviver todos os dias com a Dona Maria, de ver todos os dias o seu Zé e de saber quais são as necessidades vivenciadas pelas pessoas do território. Por conta disso, conseguem pensar em alternativas que condizem melhor com a realidade dessas pessoas.

O que temos feito é construir futuros possíveis e propor ações de imaginação política.

Temos desenvolvido um projeto chamado Sapopemba 2072. Durante a pandemia, Sapopemba era um dos territórios onde mais se morria por Covid. Isso saiu na TV, nos jornais, nos rádios, por conta do adensamento e da grande vulnerabilidade do território

Diante dos interrompimentos que estavam postos, não só por conta da pandemia, tivemos também um grande aumento da morte de jovens por intervenção policial. Muitas pessoas estavam morrendo também no trânsito diário, de irem trabalhar e se colocarem em exposição [à Covid-19] nos transportes públicos. Fora as questões de falta de saneamento - porque embora estejam crescendo vários prédios, de um lado, com a chegada do monotrilho, temos outro lado, da falta de saneamento, de asfalto, enfim, esses conflitos do planejamento.

Assim, criamos um projeto para as pessoas se enxergarem 50 anos à frente nesse território. Como seriam essas vidas? Quais seriam as possibilidades? Quais as estratégias para trilhar esses caminhos possíveis?

Basicamente, o que estou querendo dizer é que estamos aqui construindo possibilidades de existência através da Arte, da Cultura, da mobilização popular, com as sabências do território.

NATALY SIMÕES_ Isso nos lembra também que ainda é muito comum as pessoas associarem as periferias como locais de ausência, de carência, em vez de focar nas potências que existem. Isso acaba sendo ignorado em relação ao que existe nos territórios e nas comunidades. Queria que você se aprofundasse um pouco mais nessa história da Periferia Preta. Fica na Zona Leste, uma das regiões mais populosas de São Paulo. Queria que você contasse um pouco mais da história de como surgiu o projeto, em que contexto e quais são os objetivos e outras articulações que vocês fazem.

CÁSSIA CANECO_ O Coletivo Periferia Preta nasceu em 2013 com a intenção de visibilizar e valorizar a produção artística preta, periférica e LGBTQIAPN+. Naquele momento, nós, que éramos jovens educadores e produtores culturais do território, estávamos vivendo um incômodo muito grande. Todas as vezes que falávamos de Arte e Cultura, a Arte e Cultura era o que vinha de fora. Para acessar, era preciso sair do território.

E o que a gente faz aqui não é importante? O que a gente faz aqui não é relevante? Os nossos modos de fazer, as nossas reflexões? Então, começamos a produzir um festival anual onde se convocava os artistas do território para se apresentarem. Colocamos um grande palco para que essas pessoas se vissem também num lugar de potência, de relevância, de valorização da sua produção artística. Desse festival saíram nomes como [as cantoras] Linn da Quebrada e Liniker.

Queríamos trazer essas discussões para cá. Para discutir raça, gênero e sexualidade na quebrada. E por que se podia fazer isso? Porque temos um histórico de mobilização popular das pessoas que conquistaram as suas casas há 30 anos, através de mutirão e autogestão.

Percebemos que, ao longo do tempo, as pessoas que tinham casa já conseguiam reivindicar outros direitos. Elas conseguiam reivindicar Saúde, Educação, Saneamento.

O tempo não é cronológico, não vai cumprindo as etapas de maneira estanque, necessariamente. Então, tudo acontece ao mesmo tempo: ainda tem lugares que não há saneamento, ainda tem lugares que as pessoas não têm direito à moradia. Vivemos um movimento constante de ocupação.

Mas, para esse grupo de pessoas, esse histórico é muito relevante e nos constituiu. Pessoas que hoje, com seus direitos à Saúde, Educação, à Moradia, conseguem reivindicar o Direito à sua subjetividade, o direito de ser, de pensar, de estar na cidade. O direito de poder também governá-la, reivindicá-la, é o que temos feito nos últimos tempos.

Além do festival anual, também produzimos oficinas, bate-papos, exibição de cinema, saraus. Fazemos a produção de artistas do território também, alguns que começaram conosco, outros que estão ainda lançando carreira e que depois saem daqui e voltam e que podem ocupar toda a cidade, porque toda ela nos pertence.

Nos últimos tempos, temos nos dedicado profundamente à valorização da memória do território, porque vivemos um movimento de gentrificação bastante intenso. Com a chegada do

monotrilho [em Sapopemba] e com essas adversidades, sobretudo depois da pandemia, percebemos que há uma mudança considerável no território, está mais caro viver aqui, e as pessoas que construíram [o território] ao longo dos anos estão precisando sair. Ou saem porque muitas vidas foram ceifadas durante a pandemia, ou saem porque está mais caro ou porque a especulação oferece preço, porque as pessoas foram construindo valor ao longo dos tempos.

Estamos aqui há muito tempo, há mais de 12 anos fazendo essas atividades. Temos uma comunidade que se renova, que se revigora. Nós temos um coletivo que é intergeracional, com pessoas mais velhas e mais novas. Temos [pessoas] mais experientes e as que ainda estão se apropriando desse espaço-mundo e se colocando nas instâncias públicas.

Além do impacto social, ainda é um descobridor de talentos, né? Da música e da dramaturgia brasileira. De novo, não gostaria de romantizar as adversidades, mas para estar aqui contando essas histórias para vocês, muitos de nós, pessoas pretas, periféricas, LGBTQs, pessoas pobres, elas precisaram se reinventar, serem criativas e criar condições de existência onde não havia possibilidade.

Então, a galera chega grande, chega potente. É óbvio que gostaria de chegar a esses lugares sem precisar passar por caminhos tão árduos, tão difíceis. Muitos dos nossos se perdem nesse caminho. Mas é importante também valorizar essa caminhada, que é uma caminhada de muito valor.

TORY HELENA_ Para quem nunca ouviu falar de Justiça Climática e não consegue entender muito bem o que isso tem a ver com

cultura, você consegue conectar essas duas questões? Como essas ações que vocês e outros coletivos pelo Brasil todo de mobilização cultural vão fazendo, de reconhecer a periferia como protagonista e produtora de conhecimento, se relaciona com essa mobilização pela questão climática?

CÁSSIA CANECO _Estamos tentando descobrir todos os dias quais são essas relações. Para nós, o corpo é território. Para nós e para a Beatriz Nascimento⁹, que é de quem bebemos essa referência.

Quando pensamos no cuidado com o nosso corpo, que é território, e no território que recebe ou que acolhe o nosso corpo, falamos bastante que Sapopemba é um território muito acolhedor, que acolhe o nosso corpo, começamos a considerar que a conexão com esse território acontece nas práticas mais cotidianas, na maneira que se cuida, se protege as águas do bairro. Ou [na maneira] como questionamos: por que essas águas estão dessa maneira? E como fazemos isso através da Cultura?

Temos algumas intervenções artísticas que fizemos na beira do rio, para justamente provocar essa reflexão: é de verdade que a gente está deixando isso acontecer? Um território tão aguerrido como o nosso, quando foi que começamos a dar de barato que a água do córrego pode sair azul porque tem uma fábrica de tingimento de roupas ou sei lá o quê?

9 Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) foi professora, historiadora, ativista e poeta nascida em Aracaju (SE). Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou conceitos como quilombo, território e corpo.

Estamos num conflito, numa briga de forças o tempo inteiro. Vamos fazendo, através da Cultura, através das ações artísticas, essa provocação de reflexão, de retomada do nosso território, de retomada da nossa memória, de sensibilização das pessoas.

Plantar um pé de boldo no quintal...essa conexão com a memória, com a memória da avó, da mãe, dos mais velhos, do cuidado com teu corpo, do cuidado com o chão. Estamos fazendo esse movimento de resgate.

Veja só, estou dizendo que essa reflexão é de agora, mas as práticas não são. Essas tecnologias de contato com a terra, com o chão, com o corpo, com a cura, elas não são de agora. Estamos fazendo esse movimento didático, reflexivo, conceitual, para tentar aproximar as coisas. A Cultura aproxima a gente da vida e do que faz a gente viver. E o que faz a gente viver é a conexão com a terra, com o barro, com as águas.

Seria muito interessante que o contato que a cidade produz com esses elementos da natureza não fosse a partir de catástrofes. Que o nosso contato com a água não fosse o contato da água da enchente, que o nosso contato com a terra, com o barro, fosse o da construção e não do deslizamento. Estamos nesse movimento de reapropriação, de retomada mesmo.

Separei aqui um poema que fizemos há um tempo atrás em homenagem à Dona Madá. A Dona Madá foi uma das lideranças, uma mulher negra, do movimento de moradia, do mutirão da União da Juta. Ela curou muitas pessoas, não só do mutirão em que ela ajudava a construir as casas, mas depois também.

Queria ler pra vocês, porque acho que de alguma maneira conecta com isso que eu tô falando aqui, nesse movimento de retomada, de conexão com o corpo, de conexão com o território.

Esse é um texto que eu escrevi há algum tempo, nesse nosso processo de retomada do Sapopemba, em que a gente, como Sankofa¹⁰, olha para trás, resgata as nossas memórias, nossa identidade, nosso movimento de coletivização e lança para frente, para pensar futuro, para pensar possibilidade, nesse cenário que as pessoas estão dizendo para a gente que é distópico. Mas eu queria dizer que, para nós, pessoas negras, periféricas, o mundo já acabou muitas vezes. O mundo acaba muitas vezes. Vamos construir novas possibilidades de existência e temos as tecnologias para isso.

Esse texto começa assim:

***Com garrafada, fumo e benzimento,
com viga, tijolo e cimento,
trazemos Madá, símbolo de novo.
Dizemos de como ela, e outras ainda,
Irmanadas no elo estratégico com outras ancestrais
nos sopraram a vida e o jeito de viver.
No grito de luta e no cochicho do rezo,
dizendo pra fia de índia e de preta que fé no mato
é remédio,***

10 Sankofa é um ideograma africano representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou também pela forma de duas voltas justapostas, espelhadas, lembrando um coração. A etimologia da palavra, no idioma ganês, inclui os termos san (voltar, retornar), ko (ir) e fa (olhar, buscar e pegar). Representa a volta para adquirir conhecimento do passado, a sabedoria e a busca da herança cultural dos antepassados para construir um futuro melhor.

*que o alicerce, parede e teto que abriga o corpo é
parte da cura,
que cuida mais que nervo torcido e quebranto e
ventre virado e espinhela caída.
Não tem trem que tire o que toda gente e todo
benzo plantou nesse chão.
Amém. Axé.*

Começamos a escrever quando estava chegando o monotrilho¹¹ e as coisas estavam começando a ficar muito caras no território. As pessoas estavam indo embora. Enquanto coletivo de cultura, temos o compromisso de manter essas memórias e tecnologias vivas, de registrá-las, de dizer que importa, de dizer que, diante de todos os fins do mundo que nos foram postos, estamos aqui.

Esse resgate da memória é uma das nossas estratégias para driblar o fim do mundo. Temos plantado possibilidade e eu acho que é isso que conecta, de alguma maneira, a Cultura com a luta climática. São as ações que plantam, nos corpos-territórios, possibilidades de continuidade, possibilidade de existência.

NATALY SIMÕES_ Queria saber se existem outras estratégias que já foram utilizadas pela Periferia Preta nesse âmbito de mobilização pelo clima e que podem servir de inspiração para outros coletivos, outros agentes.

11 Estação Sapopemba do monotrilho em São Paulo (SP).

CÁSSIA CANECO _Somos vizinhos à petroquímica¹², que lança partículas no ar há muitos anos nesse território, onde a temperatura é seis, sete graus mais altas do que nas áreas centrais da cidade, uma área pouco arborizada. As pessoas que vivem aqui têm um maior índice de Síndrome de Hashimoto, que é o câncer na tireoide.

A própria questão da pandemia vem também desse movimento climático, vão surgindo esses novos vírus, essas novas possibilidades de contaminação, contágio.

Em 2023, desenvolvemos um projeto no qual trabalhamos com um grupo de jovens o resgate da memória. Começamos a discutir o que era Direito à Cidade¹³, o direito a uma cidade justa, o direito às pessoas acessarem a cidade, acessarem bens e serviços, das pessoas poderem ser e estar na cidade, porque tudo isso está conectado a essas lutas.

Temos feito estratégias de mapeamento das ações dos personagens, de memória, das ações dos prédios construídos, temos feito mapeamentos e planos comunitários, diagnósticos participativos, que é quando as pessoas se reúnem para contar quais são as demandas do território.

Temos feito várias formações para discutir as injustiças ambientais. Agora, existem formações em curso, por exemplo, do

12 Polo petroquímico de Capuava, instalado nos municípios de Santo André (SP) e Mauá (SP) e vizinho aos bairros de Sapopemba, São Mateus e Parque São Rafael, na Zona Leste da capital. Criada em 1972, a área industrial é investigada pela suposta ligação entre a poluição e problemas de saúde identificados na população.

13 Direito à Cidade é direito coletivo de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar do espaço urbano de forma igualitária. O movimento pelo Direito à Cidade entende que nenhuma pessoa ou grupo étnico, racial ou social deve ser alvo desproporcional dos impactos negativos do desenvolvimento urbano.

CEDECA Sapopemba¹⁴. O Centro de Direitos Humanos de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que tem feito uma formação com as crianças e adolescentes, mas também com jovens, sobre essa temática, através da arte, através do tambor, através dos blocos, dos sambas que constroem. Temos promovido uma série de mobilizações.

Vamos construir também uma Carta de Direitos Climáticos do território. Estamos em vias de mobilização para que essa atividade aconteça. Temos feito um processo de conectar com outros territórios, temos feito articulações com o coletivo São Mateus em Movimento, que também tem cada vez mais se aprofundado nas discussões do território e discutido possibilidades de Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), que é uma ferramenta política e urbanística que considera a importância do território para a cidade a partir da sua cultura, da sua paisagem, do seu valor histórico.

Nosso processo tem sido de coletivização, de agrupamento, de mobilização, de formação e das mais diversas formas e maneiras. Para além das ações artísticas, temos também os coletivos agroecológicos que estão construindo hortas urbanas.

Temos as meninas das cozinhas solidárias, que estão aqui no território, estão em Itaquera também. Enfim, uma série de práticas que estão sendo realizadas nesse momento, justamente para dar condições de vida para as pessoas, diante dessa distopia anunciada.

14 Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Sapopemba. Sua missão é atuar na defesa jurídico-social e articular setores sociais para que os Direitos Humanos de crianças e adolescentes, especialmente da região de Sapopemba, sejam respeitados e efetivados.

NATALY SIMÕES_ E sobre a Carta de Direitos Climáticos, especificamente, como surgiu a ideia? Vocês pretendem entregar para alguma autoridade? Por exemplo, a prefeitura ou o governo federal.

CÁSSIA CANECO_ A Carta de Direitos Climáticos é uma metodologia utilizada pela Climate Brasil, Climate Reality Brasil¹⁵. É uma metodologia de criação de cartas dos territórios. Existe, por exemplo, a Carta da Maré¹⁶. Ficamos sabendo dessa metodologia por meio de uma conversa com a Climate, que apresentou a atuação da organização no Brasil, como se dá a metodologia, como essa ferramenta pode ser utilizada para tensionar o debate, para consubstanciar as discussões dentro dessa discussão climática, e também a partir do projeto do Engajamundo¹⁷.

O Engajamundo, em parceria com Polis e Periferia Preta, vai realizar nos próximos meses um curso sobre Juventude, Justiça Climática e Território. É um curso que prevê a discussão sobre Direito à Cidade e Justiça Climática, mobilização e incidência.

15 Climate Reality Brasil é a filial brasileira do The Climate Reality Project, organização global criada pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos e Nobel da Paz, Al Gore, em 2006. Está presente em 12 países e regiões-chave e conta com uma rede de 49 mil voluntários pelo mundo, 4 mil deles no Brasil.

16 A Carta dos Direitos Climáticos da Maré, construída por moradores do Complexo de Favelas da Maré no Rio de Janeiro (RJ), apresenta as especificidades da urgência de debater o tema das mudanças climáticas no território.

17 Engajamundo é uma organização de liderança jovem e feita para jovens, com o objetivo de enfrentar os maiores problemas ambientais e sociais do Brasil e do mundo. Seu foco está em ferramentas de participação, incidência e autoconhecimento das juventudes.

Quando você pergunta a instância, como estamos no território, normalmente o nosso âmbito de atuação é o municipal. É a escala que consegue ter respostas mais rápidas, uma vez que é o município quem rege os territórios prioritariamente, ou concretamente. Porque é a instância mais próxima dos territórios. Pretendemos sim apresentar essa carta, mas não só ela.

Também estamos elaborando o projeto de lei para a valorização do território, dentro de ferramentas que já existem para a valorização do território local, no plano diretor da cidade e pretendemos apresentar todas essas ferramentas, toda essa mobilização, todos esses produtos que temos construído para valorização do território.

TORY HELENA_ Queria perguntar especificamente sobre a COP30. O Brasil está meio ali no centro desse debate do clima esse ano, não só pelas todas as tragédias e emergências climáticas que acontecem aqui, mas também porque Belém vai sediar a COP em novembro. Qual é a sua expectativa como ativista dessa participação? Você acha que vai ter participação ali das pessoas negras, das pessoas periféricas? Será possível trazer essas vozes? Qual é a sua avaliação sobre esse evento?

CÁSSIA CANECO_ Do ponto de vista do Instituto Pólis, é muito importante que avancemos no reconhecimento do papel das cidades na Justiça Climática. Nós estaremos lá para pautar sobre as periferias urbanas, para dizer da importância de que o olhar da Justiça Climática no Brasil seja racializado, territorializado. Para dizer que gênero, raça e território importam.

Do ponto de vista do coletivo Periferia Preta e de outros muitos coletivos, vai ser mais difícil chegar até lá, fisicamente, concretamente. Os preços estão exorbitantes, né? Uma das pautas que mais temos discutido é sobre a especulação em Belém, inclusive. O que a gente espera, enquanto coletivo, é de que seja um momento em que essa discussão climática com foco no território esteja aberta o suficiente para que seja uma vitrine.

Uma vitrine das discussões e das ações que estão sendo realizadas, para que as pessoas estejam com ouvidos mais generosos para essas discussões. Que a COP não seja, tão e somente, o evento que acontece em Belém, Mas que a COP esteja em todos os lugares, que consigamos firmar acordos de uma civilização que é equânime, que todo mundo avance junto. E que as pessoas que vivem nessas situações de vulnerabilidade sejam reconhecidas como protagonistas climáticas, uma vez que são elas que constroem as cidades todos os dias, elas não podem ser as únicas pessoas a pagarem pelas más escolhas que o planejamento urbano faz hoje.

A minha expectativa, no geral, é que sejam visibilizadas as práticas de cuidado, as práticas de memória, as práticas de coletivização que estão sendo realizadas nos territórios pelas pessoas pretas, periféricas, LGBTQs. Quando falamos nessa dimensão global, a escala cresce muito perdemos de perspectiva as resoluções que precisamos tomar.

Eu espero que, para além de os coletivos estarem ou não representados, que consigamos, até lá, construir caminhos para que a COP não seja só a COP de Belém, para que seja a COP do Brasil, das periferias do Brasil.

JUSTIÇA CLIMÁTICA: ESCUTA E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

#3

_____ Em 2024, o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), associado à PUC-Rio, escutou as reflexões de 200 adolescentes e jovens brasileiros sobre os efeitos das mudanças climáticas. A importância da escuta e participação ativa de crianças e adolescentes nas ações climáticas é o tema da conversa a seguir¹⁸.

18 A entrevista foi realizada em 20.05.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.

CAROLINA TERRA



— Carolina Terra é doutoranda, mestre e graduada em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC Rio. Ela é pós-graduada em Direito Internacional e Direitos Humanos pela PUC-MG, e atua nas áreas de pesquisa, advocacy e comunicação institucional no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi/PUC-Rio).

TORY HELENA_ O Ciespi realizou recentemente uma pesquisa super interessante, chamada **Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil**¹⁹. Nessa pesquisa, vocês foram a campo para ouvir 200 participantes, de 12 a 18 anos, nas cinco regiões do país. O levantamento traz um panorama das opiniões e sentimentos dessas juventudes sobre Crise Climática. Para começar, queria perguntar o que motivou essa ida a campo, o que motivou esse estudo?

CAROLINA TERRA_ Primeiro, identificamos uma lacuna nas pesquisas. Estudos raramente abordam crianças, adolescentes e jovens e raramente têm foco nas experiências locais, no território, ou seja, aquela experiência vivida diretamente por eles. A partir dessa lacuna, entendemos que deveríamos entender as opiniões dos jovens sobre o assunto.

Outro ponto muito importante, que diferencia essa pesquisa de outras realizadas, é a opção por uma pesquisa de campo. O que isso quer dizer? É uma pesquisa que não é on-line.

Ainda que seja interessante a pesquisa on-line, através de formulários, ela tem seus poréns. Por exemplo: para estar disposta a responder um formulário, a pessoa normalmente já tem engajamento prévio com aquele assunto. Aqui não, não procuramos adolescentes e jovens já engajados. O objetivo, de fato, foi ouvir adolescentes e jovens sobre o assunto, colhendo uma opinião menos enviesada nesse sentido.

19 Mais resultados sobre a pesquisa estão disponíveis no [Especial Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil](#), realizado em parceria com a Cidade Escola Aprendiz por meio do programa Educação e Território.

NATALY SIMÕES _A pesquisa traz realidades de diferentes cidades do Brasil: Belém (PA), Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Quais exemplos de elementos que unem e diferenciam esses adolescentes e jovens quando o assunto é mudanças climáticas?

CAROLINA TERRA _A pesquisa mostra que esses adolescentes e jovens têm percepções comuns sobre os efeitos e como eles sentem essas mudanças climáticas. Podemos elencar alguns efeitos diferentes por território, entendendo que as políticas públicas devem considerar essas questões.

Por um lado, o calor extremo se destacou muito como o impacto mais citado em todas as regiões. Por outro lado, no Norte, com Manaus e Belém, calor [foi citado], mas também as chuvas, a questão da fumaça e dos incêndios²⁰, que foi muito importante no ano passado [2024].

Isso também pode justificar o impacto nessa resposta.

No Centro-Oeste, Goiânia e Brasília, seguiu a questão do calor, mas também, diferenciando um pouco do Norte, [apareceu] a questão das secas e repetiu-se as queimadas também.

No Sul, Porto Alegre e Curitiba, houve menção às chuvas e aos alagamentos. Sabemos que no Rio Grande do Sul tivemos a questão

20 No segundo semestre de 2024, grandes incêndios florestais geraram semanas de intensa poluição atmosférica no país.

das enchentes de maneira exacerbada²¹. Chamou nossa atenção também que, no Centro-Oeste e no Sul, alguns citaram que não percebem impacto nenhum das mudanças climáticas.

No Nordeste, em Salvador e Fortaleza, houve a menção do calor, mas também das chuvas fortes. Por fim, no Sudeste, Rio e São Paulo, [foram citadas] chuvas, enchentes e secas. Esses foram os impactos mais mencionados nas cidades.

NATALY SIMÕES_Entendi, então é um cardápio variado de desastres e emergências climáticas que acabam aparecendo na fala desses jovens.

CAROLINA TERRA_Exato. É importante dizer que essa pergunta, especificamente, não foi feita. Não perguntamos quais impactos eles já tinham ouvido falar, mas, sim, quais impacto os havia afetado ou afetado o município onde eles moram.

Por isso que alguns podem ter feito essa menção de não perceberem impactos. Não que eles não ouviram falar de nenhum impacto em nenhuma outra cidade no Brasil, mas é porque a pergunta direcionava para uma questão mesmo de vivência pessoal no território.

TORY HELENA_Você já falou um pouco dessa lacuna que existe de pesquisas feitas com esse grupo de jovens e adolescentes e isso acabou motivando a ida a campo. Ou seja, ouvimos pouco as

21 Em maio e junho de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado por um grande volume de chuva, ocasionando cheias e enchentes históricas na região.

próximas gerações sobre um problema que as afeta diretamente. Na sua avaliação, por que há esse apagão dessas vozes quando o assunto é Crise Climática ?

CAROLINA TERRA_Podemos dividir essa pergunta em duas partes. Primeiro, de maneira geral, não se ouve crianças, adolescentes e jovens sobre nenhum assunto. Essa é a primeira parte que precisamos falar. Existe o adultocentrismo e ele impacta as políticas e os debates no geral. Pouco se ouve crianças, adolescentes e jovens.

Ainda nessa esteira, de maneira mais abrangente, as crianças são vistas como pessoas a serem protegidas, não como protagonistas e sujeitos de direitos nesse sentido. Ou seja, pessoas que devem ter suas vozes e opiniões ouvidas e levadas em consideração nas políticas públicas.

Por outro lado, aqui olhando mais especificamente para a questão do apagão das vozes no debate climático, também podemos falar que, muitas vezes, esse debate pode ser muito técnico. Isso pode acabar afastando algumas pessoas, principalmente crianças, adolescentes e jovens, mas também a população em geral.

E [existe] essa lógica técnica dessa agenda climática, né? Ela também pode acabar apagando os saberes locais afetivos e práticas centradas no território. Então, acho que se pode olhar isso por esses dois lados.

NATALY SIMÕES_No ano passado, 2024, acompanhamos vários desastres socioambientais no nosso país, como, por exemplo, os incêndios na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal, e as enchentes

históricas no Rio Grande do Sul. Esses impactos diretos na vida dos jovens, na vida das populações, apareceram de qual maneira?

CAROLINA TERRA_ Sim, apareceu. Não apareceu muito, mas alguns entrevistados citaram. Por exemplo, uma entrevistada que não era do Rio Grande do Sul mencionou que tinha uma empatia, por exemplo, por quem estava no Rio Grande do Sul. Ela disse, por exemplo, que ficou muito angustiada pelas pessoas e também frustrada por não conseguir ajudar.

Por outro lado, tiveram falas também, por exemplo, de Manaus. Uma delas falou que em Manaus é todo dia uma fumaceira. Outra citou a questão da seca que aconteceu em Manaus.

Tivemos alguns relatos também sobre a questão dos hospitais cheios em Brasília e em Manaus. Mas, como eu falei, foram poucas menções diretas ao que ocorreu nesse último ano e que vem acontecendo.

TORY HELENA_ Entendi. Essa questão dos hospitais era por causa da fumaça?

CAROLINA TERRA_ Era por conta da fumaça, sim. Isso inclusive foi em Brasília. Foi uma menção específica, o entrevistado pela pesquisa dizendo que ele sofreu, pois tinha uma questão respiratória, e ele sofreu com essa questão das fumaças. Quando ele foi para o hospital, estava lotado, o que sabemos que é uma realidade.

TORY HELENA_A pesquisa também revela alguns dados sobre escolas: 71% dos jovens responderam que aprenderam sobre mudanças climáticas na escola. Mas vocês apontam na pesquisa que um número significativo sinalizou que não está aprendendo nada atualmente, 11%. E 15,5% nunca aprenderam. Na sua opinião, qual é o gargalo que impede a maior disseminação, maior contato com esse tema durante a trajetória escolar?

CAROLINA TERRA_Por um lado, é preciso dizer que a escola continua sendo a principal fonte de informação. Mas também podemos dizer que a maneira como isso tem sido feito é insuficiente. Muitas das vezes esse tema é tratado de forma superficial ou desconectada do território. Ou seja, algo que acontece nas geleiras ou que vai acontecer daqui a muito tempo e não algo que está nos impactando atualmente.

Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²² prevê que esse assunto deve ser tratado de maneira transversal. Mas, ao mesmo tempo, sabe-se que quando isso é previsto de maneira transversal ninguém é muito responsável pelo assunto. Então, se isso não é feito de uma maneira coordenada entre os professores, muitas das vezes esse assunto pode acabar não sendo tratado da maneira como ele deve ser.

22 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Por outro lado, em 2024 uma nova lei foi aprovada. A lei 14.926 alterou uma legislação de 1999, para assegurar uma atenção às mudanças do clima, proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais.

Sabemos também que as políticas têm um tempo para serem implementadas, mas, com essa nova lei mais atualizada, espera-se alavancar novas discussões e informações para professores, para que isso possa ser melhor discutido nas escolas.

Também é importante dizer que há uma pressão por conteúdos avaliativos nas escolas. Aqueles conteúdos mais duros, da Matemática, por exemplo. Isso pode acabar impedindo que o debate [climático] entre de maneira mais contundente. Mas, como a BNCC prevê, esse assunto pode ser visto em todas as disciplinas.

Como eu disse, isso tem que ser melhor coordenado dentro das escolas e também deve ter um esforço de formação dos professores.

NATALY SIMÕES_ Outro aspecto muito importante que a pesquisa traz também diz respeito ao sentimento dos jovens em relação às mudanças climáticas. O medo é a manifestação emocional que mais prevalece entre os jovens, segundo a pesquisa. Esse resultado já era esperado? Quais outros sentimentos foram relatados pelos estudantes?

CAROLINA TERRA_ O medo, de fato, foi o mais citado. E é esse medo tanto ligado ao futuro, ou seja, o que pode acontecer quando eu for mais velho, mas também já se vê um medo ligado ao presente.

Ou seja, ligado aos impactos como as queimadas e as enchentes que falamos anteriormente.

Também surgiram outros sentimentos: insegurança, ansiedade, preocupação, tristeza e até raiva, que inicialmente não era um sentimento que estava no nosso radar. A raiva ficou muito ligada à falta de ação dos governantes. E, ao mesmo tempo, [apareceu] um sentimento de impotência.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que 17% disseram não sentir nada [em relação às mudanças no clima]. Mais uma vez, precisamos qualificar esse dado. Nesse número, por um lado, vimos um distanciamento, no sentido de, “isso vai demorar muito para acontecer”, “isso vai demorar muito para me impactar”, então, eu não me preocupo. Por outro lado, há esse sentimento de impotência.

Teve um entrevistado, por exemplo, que disse, “Olha, eu já me preocupei, mas hoje em dia eu não me preocupo mais, porque eu sei que não está nas minhas mãos”. Então, tem esses dois lados.

Achamos também, a partir desses resultados, que isso mostra uma necessidade de espaço de escuta e de engajamento coletivo. Outras pesquisas também mostram que quanto mais se participa, mais se trabalha esses sentimentos. O que afasta essa paralisia.

NATALY SIMÕES_ Nos últimos anos, pesquisadores têm falado muito sobre ansiedade climática. É interessante porque esse termo não é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma patologia, mas sim um sentimento das pessoas em relação à emergência climática. Como você avalia isso? Você acha que é importante ficar mais atento a esses efeitos na saúde dos jovens?

CAROLINA TERRA_ Por um lado, precisamos tomar um pouco de cuidado com a excessiva patologização dos sentimentos. Ansiedade é um conceito polissêmico, né? Vimos que muitas das vezes a ansiedade não aparece o termo ansiedade climática, como se vê muito nas pesquisas, principalmente internacionais.

Acho que precisamos tomar um pouco de cuidado com essa descrição, que pode ser um pouco simplista, ainda que seja muito importante entender esses sentimentos sobre o tema. Mais importante do que classificar como uma doença, é pensar por que está sendo gerado e quais os caminhos para melhorar esse sentimento.

As pesquisas mostram que, nesses espaços de escuta e engajamento coletivo, é possível trabalhar esses sentimentos para que isso se torne uma ação. Deixamos de falar sobre uma doença para se tornar uma ação.

TORY HELENA_ Você já falou um pouco da importância do engajamento coletivo, que pode até ser uma espécie de vacina para essa ansiedade. Como concretizar isso? Como seria essa participação? Quais exemplos temos desse tipo de engajamento coletivo do clima?

CAROLINA TERRA_ Temos alguns exemplos no Brasil e outros movimentos internacionais. O mais conhecido é o Fridays for the Future²³, aquele movimento ligado à ativista ambiental Greta

23 Fridays for the Future é um movimento liderado e organizado por jovens que começou em agosto de 2018, depois que a ativista Greta Thunberg, na época com 15 anos, e outros jovens se sentaram em frente ao parlamento sueco todos os dias letivos durante três semanas para protestar contra a falta de ação em relação à Crise Climática.

Thumberg, que está em vários diferentes países. Há também coletivos indígenas e ribeirinhos, que são liderados por crianças, adolescentes e jovens. Há outros movimentos nacionais que já fazem uma ação nesse sentido, mas acho que o mais importante é dizer que, na pesquisa, constatamos que muitos queriam ter esse engajamento, mas eles não sabiam como.

Notamos nas respostas que há algumas menções de atividades individuais, como, por exemplo, divisão do lixo ou não jogar o lixo no chão. Ao mesmo tempo, entendemos que é preciso divulgar mais esses movimentos e possibilidades de ação.

Os governos também podem ter espaços específicos e podem facilitar espaços para que eles possam participar em conselhos de direitos nacionais, estaduais, municipais, sobre o meio ambiente e o clima.

Por outro lado, esses movimentos que são baseados no território também são muito importantes para que um possa apoiar o outro. Não é apenas esperar que algo seja criado pelo poder público. Claro, é muito importante possibilitar essa participação, mas há formas diversas de participação coletiva.

NATALY SIMÕES_ Quería ouvir um pouco sobre as práticas e políticas de Educação Ambiental e Climática que foram mais aderentes aos jovens. Como essa escuta dos adolescentes e jovens mostrou que pode ser ampliada essa participação e engajamento de crianças e adolescentes nessa luta?

CAROLINA TERRA_Podemos dizer que os jovens ouvidos na entrevista se importam com o assunto. Ao mesmo tempo, eles têm pouco acesso a conteúdos aprofundados e, principalmente, a metodologias que engajam. Há um foco em assuntos individuais, mas falta uma maior articulação com iniciativas coletivas.

Ao mesmo tempo, esses materiais precisam ter uma linguagem mais acessível, métodos participativos e conexão com o território. Acredito que as políticas de Educação Ambiental mais eficazes são as que promovem um protagonismo real e uma escuta ativa.

Ou seja, compreender como eles querem que esse assunto seja debatido, quais são as melhores metodologias, ir conversar com esses movimentos e coletivos que já atuam com essa temática, para que existam materiais mais adequados para se tratar sobre Crise Climática nas escolas e também em coletivos com crianças e adolescentes e jovens.

Ainda sobre esse assunto, vale mencionar que, do universo de 200 estudantes ouvidos, apenas 6 disseram que participam ativamente de alguma ação de engajamento. Em sua maioria, são ações que envolvem o ambiente escolar.

NATALY SIMÕES_Esses dados mostram esse potencial, né? Se eles estão preocupados, como a pesquisa mostra, existe um potencial enorme de engajamento, né?

CAROLINA TERRA_Exatamente. Essa pesquisa mostra que temos possibilidades. Não estamos falando de uma terra arrasada. Isso é muito importante dizer: esse assunto muitas vezes nos deixa com

uma sensação de impotência. Todos nós: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos. Mas acho que a pesquisa nos dá esperança para mostrar que há caminhos possíveis para que esse assunto seja trabalhado com as crianças e adolescentes, e que a gente tem que esperar.

TORY HELENA_ Sabemos que novembro está chegando e que teremos a COP30 em Belém (PA). Nós, que trabalhamos com o tema, ficamos muitas vezes achando que é uma coisa de amplo conhecimento. Mas a pesquisa mostrou que não é bem assim, que apareceu pouco na fala dos adolescentes e dos jovens até a existência desse evento. Queria que você comentasse um pouco sobre isso, foi surpresa para vocês, que eles não estavam na ordem do dia, ali na ponta da língua dos jovens, a COP30?

CAROLINA TERRA_ Confesso que foi uma surpresa. Não achávamos que todo mundo fosse saber o que era uma COP e que ela aconteceria no Brasil, mas que esse número seria um pouco maior. Mas apenas três participantes da pesquisa sabiam. Não é que sabiam que era a COP, porque não perguntamos exatamente isso, mas ficamos atentos a se essa informação apareceria de maneira espontânea, já que foi uma preocupação da pesquisa que as informações aparecessem de forma espontânea. Mas apenas três mencionaram a COP, sendo que desses três, nenhum mencionou a COP no Brasil.

Isso apenas ilustra um pouco esse distanciamento do tema nas escolas, mas também em outros espaços de divulgação de informação.

TORY HELENA_ Queria perguntar se ficou alguma coisa de fora das nossas perguntas e que você considere importante trazer sobre essa pesquisa, sobre esse levantamento no Brasil, ouvindo essas pessoas que merecem muito ser consideradas nesse momento de emergência. Tem algo que você destacaria?

CAROLINA TERRA_ Um último ponto: além das escolas, perguntamos onde eles ouviam falar sobre o assunto mudanças climáticas, além da escola. Nos chamou a atenção que a televisão apareceu. Achávamos que a televisão estaria totalmente de escanteio nesse ponto. Claro, as mídias apareceram muito fortemente, o TikTok foi muito mencionado, também o Instagram, mas ao mesmo tempo sabemos que essas redes operam com uma lógica de algoritmo, na qual é preciso no mínimo se interessar por aquele assunto para que ele apareça.

Ao mesmo tempo, eles [os participantes da pesquisa] dizem que é um assunto que eles se informam pelas redes sociais. Confesso que fico pensando que, por um lado, é muito interessante, mas também questiono, por outro, qual a qualidade dessa informação.

Sabemos que há pessoas que fazem um trabalho muito sério de divulgação científica nesse tema de mudanças climáticas, mas demandaria uma outra pesquisa para saber que tipo de informação é essa.

AGENTES SOCIOAM- BIENTAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA

#4

_____ Como a Educação Ambiental nas cidades pode contribuir para a Justiça Climática? Como a articulação de ações socioambientais nos territórios fortalece essa luta? E qual é o papel de um agente socioambiental nesse contexto? Os desafios e as soluções propostas pelas políticas municipais de Educação Ambiental, territorializadas pelos agentes socioambientais, são o tema da conversa a seguir, com Gabriela Chabbouh e Débora Pontalti²⁴.

24 A entrevista foi realizada em 30.05.2025 e editada para maior concisão e nitidez textual.

GABRIELA CHABBOUH



— Gestora pública e graduada em Relações Internacionais pela PUC de São Paulo. É Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e é coordenadora de Educação Ambiental na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo.

DÉBORA PONTALTI



— Educadora ambiental, bióloga, mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis e especialista em Educação Socioambiental e Sustentabilidade. Atua na Secretaria do Verde do Meio Ambiente de São Paulo e na coordenação do programa Carta da Terra em Ação.

TORY HELENA_ Em novembro de 2024, foi lançado o Plano Municipal de Educação Ambiental de São Paulo (2024-2034), que convoca agentes e setores do município para a cidadania crítica, sustentabilidade econômica e cultura de paz, como formas de enfrentamento dos desafios socioambientais do município.

Sendo São Paulo um município que acaba inspirando políticas públicas no Brasil, quais são as potências desse novo plano para a área de Educação e do Meio Ambiente?

GABRIELA CHABBOUH_ Ter um Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA)²⁵, em si só, já é um avanço e uma concretização da Política Municipal de Educação Ambiental. Estamos dizendo quais são as diretrizes para esse campo na cidade de São Paulo para os próximos dez anos. Foi um processo longo e participativo, com dois anos de construção.

O Plano Municipal de Educação Ambiental pode inspirar outras cidades a se debruçar sobre esse tema, investir esforços em educar para a cidadania ativa, para que as pessoas consigam estar engajadas com as políticas públicas. Esse é o verdadeiro diferencial.

O Plano Municipal de Educação Ambiental também convida os diversos setores a dialogarem. O que ele pode trazer de muito benéfico para a cidade de São Paulo é a integração entre município, Estado e União e a entre os diversos setores da prefeitura. São Paulo

25 Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) de São Paulo (SP). [Disponível aqui.](#)

é uma cidade enorme, cheia de desafios, cujos setores muitas vezes trabalham de forma independente, sem articulação. Essa potencialidade do Plano Municipal de Educação é justamente de integrar as diversas secretarias, os diversos órgãos públicos, em um sentido e diretriz comum.

É também uma oportunidade de diálogo com os outros setores. Então, ele tem a pretensão de não só dar diretrizes sobre como o poder público vai lidar com a Educação Ambiental, mas também como vamos engajar os outros setores – como o setor privado ou o Terceiro Setor – no processo de elaboração e implementação da política pública.

DÉBORA PONTALTI A grande inspiração que o Plano de Educação Ambiental traz é esse processo de escuta. Vínhamos tentando construir esse plano em momentos anteriores, mas sempre parávamos nesses processos de escuta, que não conseguiam levar a cabo a construção do plano. Nesses dois anos anteriores, houve um esforço não só de escutar todos os setores da sociedade, para além de dentro do poder público, mas de escutar as 32 subprefeituras de São Paulo.

Isso faz sentir que esse não é um plano de gabinete, sabe? Um plano de técnicos sem ter de fato uma relação com a cidade. É um plano que traz ecos dos territórios e dos diversos grupos que compõem a nossa cidade. Acho que, para mim, essa é a maior inspiração e uma das maiores potências.

E que ele sirva para outras entidades, outras prefeituras também montarem os seus planos de Educação Ambiental, se

inspirando nesse processo que é trabalhoso, não só fazer a escuta, mas de sistematizar todas as informações depois. Isso constrói um plano muito mais rico e conectado com os territórios.

TORY HELENA_Eventos climáticos mais intensos, mais atípicos, como grandes chuvas e ondas de calor, tendem a aumentar de frequência, intensidade e duração. Assim, lugares que antes eram seguros e conseguiam suportar essas situações, agora não conseguem mais.

Como que um plano municipal de Educação Ambiental e as formações que a UMAPAZ²⁶ e a Secretaria fazem, podem contribuir para que a cidade esteja mais preparada para esses desafios da Crise Climática ?

GABRIELA CHABBOUH_Esse plano traz a perspectiva da integração e essa atuação integrada é importante na perspectiva do poder público. Esse plano pode ajudar mais no enfrentamento das consequências dos eventos climáticos porque ele tem essa pretensão de trazer as pessoas para entenderem que elas são parte do problema e da solução.

A mudança climática pode ser um tema muito abstrato, de difícil diálogo com o cidadão médio e com a população da cidade de São Paulo. No momento em que as pessoas se enxergam como parte do problema e da solução, é um momento que esse plano

26 A Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) é o órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo e promove, assegura e fomenta a Educação Ambiental da cidade de São Paulo.

tem condições de contribuir para que se esteja mais preparado para enfrentar a Crise Climática .

Porque é só com o engajamento de todas as pessoas que vamos conseguir, de fato, enfrentar melhor esses eventos intensos e atípicos, como essas grandes chuvas e ondas de calor que têm aumentado cada vez mais na cidade de São Paulo.

DEBORA PONTALTI_ O PMEA aponta diretrizes importantes para fortalecer uma cidadania ambiental e para promover mudanças estruturais na cidade. Ele aponta essas diretrizes. Trazendo um pouquinho da UMAPAZ, essa Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cultura de Paz, acho que é aqui, nas formações da UMAPAZ, que essas diretrizes ganham corpo e existência, digamos assim.

Porque [é] quando as pessoas, os territórios, as experiências reais, se encontram para dialogar. Quando sensibilizamos o cidadão para as questões socioambientais, aumentamos o número de pessoas capazes de reconhecer as desigualdades da cidade e entender como esses eventos extremos vão atingir cada uma dessas pessoas.

Quanto mais pessoas sensibilizadas, engajadas e capazes de reconhecer essas desigualdades, [mais] elas vão propor soluções e mobilizar suas redes locais em prol de respostas ao desequilíbrio que vivemos.

Nas formações da UMAPAZ, contribuímos para que São Paulo se torne não só mais resiliente, mas também almejamos que se torne uma cidade mais justa diante da Crise Climática que a gente já está enfrentando.

TORY HELENA_ Você pode explicar melhor o que é UMAPAZ e como são essas formações, em específico a formação de Agentes Socioambientais Urbanos?

DÉBORA PONTALTI_ O programa Carta da Terra em Ação é um dos programas da UMAPAZ. No Carta, compreendemos que a Educação Ambiental é uma experiência vivida e construída coletivamente.

A partir da formação de agentes socioambientais urbanos, procuramos criar espaços de escuta, de partilha e de ação, não só de reflexão.

Quem se forma no programa Carta da Terra em Ação²⁷, eles se auto-intitularam carteiros e carteiros. Porque eles trazem para si essa responsabilidade de serem os mensageiros da Carta da Terra, que é um documento acolhido pela Unesco em 2000, com valores para uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica.

Cada carteiro, cada agente socioambiental urbano, parte da realidade local – com todas as suas potencialidades, carências e conflitos – e da experiência real do seu território, para planejar e desenvolver ações que conectam o cuidado com o território com a transformação social.

O [programa] Carta da Terra em Ação existe desde 2009. Ao longo dos anos, vimos a Educação Ambiental se desdobrar nas

27 Carta da Terra é um documento internacional construído pela sociedade civil que lista 16 princípios para alcançar um planeta mais justo, sustentável e pacífico. A declaração de princípios foi apresentada em 2000 e acolhida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2002.

ações desses carteiros: em hortas comunitárias, em mutirões de recuperação de praças, em revitalização de escadões, em rodas de conversa sobre racismo e machismo e em movimentos que fortalecem os parques urbanos e áreas verdes, principalmente em regiões mais afastadas, fora do centro expandido. Vimos ainda essas ações se desdobrarem em projetos de Educação Socioambiental com crianças, idosos e juventudes periféricas. [São] Diversas ações sendo traduzidas de acordo com o que o território está pedindo, num processo de escuta das pessoas e do território.

As ações desenvolvidas por esses carteiros, por esses agentes socioambientais urbanos, são sempre muito diversas, mas têm um ponto em comum: elas partem necessariamente do que o território pede e do que os participantes daquela turma conseguem construir juntos naquele momento. É assim que a formação de Agentes Socioambientais Urbanos se estrutura.

Acontecem aulas teóricas durante a semana e, aos finais de semana, visitamos espaços coletivos e movimentos que estão transformando a cidade para inspirar esses novos agentes nas diferentes formas de atuar no território.

GABRIELA CHABBOUH A UMAPAZ tem 19 anos e é, ao mesmo tempo, esse equipamento público que fomenta e promove a Educação Ambiental na cidade de São Paulo, mas também é a coordenação de Educação Ambiental, que é uma das 8 coordenações da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo.

Como coordenação, ela tem o papel de zelar pela implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental e dar diretrizes para

diversos setores no processo de integração das políticas públicas no tema de Educação Ambiental. Então, ela tem esse duplo papel.

A unidade mais conhecida é a UMAPAZ no Parque Ibirapuera, mas há unidades da UMAPAZ em outros lugares da cidade.

Hoje já temos um centro de Educação Ambiental no Parque Previdência – a UMAPAZ Previdência – já temos a Escola de Agroecologia em Parelheiros, na zona Sul da cidade. Temos um planetário lá no Parque do Carmo, na Zona Leste, e, mais recentemente, um planetário no CEU Parelheiros. Esses são os equipamentos da Educação Ambiental da cidade de São Paulo, mas estamos em processo de expansão.

Há previsão de um centro de Educação Ambiental dentro do Parque do Carmo, na Zona Leste, a UMAPAZ Carmo. Teremos outro centro de Educação Ambiental no Parque da Luz, no centro da cidade. Outra UMAPAZ lá no Parque do Bispo, na Zona Norte. E, mais no futuro, no Morro do Cruzeiro, que também é Zona Leste, no parque do Pico do Votussununga.

Estamos nesse esforço de expansão das unidades da UMAPAZ para levar a Educação Ambiental para mais perto das pessoas. A cidade de São Paulo, com o tamanho e a diversidade que ela tem, precisa de equipamentos de Educação Ambiental que estejam mais próximos.

TORY HELENA_ Mais de mil pessoas já passaram por essas formações, que são gratuitas. E não é preciso ter estudado Gestão Ambiental ou outro curso do tipo para participar. O que muda no

território quando o vizinho, a pessoa que mora perto da sua casa, faz um curso como esse? Qual é a potência para o território?

DÉBORA PONTALTI_ Acho que o que muda são as relações. Só voltando: os cursos da UMAPAZ são abertos, a UMAPAZ é uma universidade aberta. Ela não é como uma universidade formal, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), no sentido de cursos de graduação, na qual você precisa ter determinada escolarização para poder acessar.

São cursos abertos a toda a população, gratuitos, basta se inscrever. Tem já uma programação até dezembro, que daqui para lá só se intensifica, chega a ter mais de 60, 80 atividades por mês.

Voltando para a sua pergunta, o que muda quando há agentes socioambientais, pessoas engajadas no território? Acreditamos que a presença de um agente socioambiental pode mudar a escuta desse território, pode mudar as relações de confiança e promover uma mobilização social.

Quando temos agentes e pessoas engajadas no território, passa a existir ali alguém que conecta pessoas, políticas públicas e os desafios locais que o território já apresenta, fazendo com que aquele espaço se perceba como parte ativa da transformação.

O que buscamos é formar agentes socioambientais urbanos – formar cidadãos, basicamente – que cultivem vínculos e fomentem uma mudança de dentro para fora, uma mudança que parta do território e se expanda conectando com mudanças em outros territórios, muito motivada pela escuta e pela ação territorial.

Com a expansão dos centros de Educação Ambiental, esperamos que o agente socioambiental no território seja também essa pessoa que ocupe esse espaço, esse equipamento público, além de engajar a comunidade a conhecer esse espaço.

Quero muito que, com essa expansão dos nossos equipamentos, consigamos realmente tornar esses espaços convidativos, para que esses agentes, que são multiplicadores no território, consigam mobilizar as discussões e mobilizar a população para exercer a sua cidadania.

TORY HELENA_ Queria perguntar sobre exemplos concretos de egressos do curso, pessoas que tenham passado por essas formações, que sejam carteiras, agentes socioambientais urbanos, que tipo de projeto eles desenvolvem? Quais projetos foram mais marcantes?

DÉBORA PONTALTI_ São muitos projetos. Já tivemos muitas escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS) desenvolvendo hortas ou adotando praças. Já tivemos diversos coletivos de moradores formados.

Já vimos muitos agentes socioambientais urbanos ocupando os espaços formais da política: como conselheiros de Meio Ambiente, na UBS e nos mais diversos conselhos que existem na cidade de São Paulo.

As pessoas que se matriculam na formação de agentes socioambientais urbanos são muito diversas. Buscamos que elas sejam representativas da diversidade da cidade. Na mesma turma, temos

pessoas super engajadas e outras que já têm uma trajetória na área, de estudo na área, com mestrado ou doutorado, mas também temos a dona de casa, o comerciante, a pessoa que nunca olhou para isso, porque entendemos que é dessa multiplicidade de saberes que novas soluções podem surgir.

Teve até uma turma que escolheram uma pessoa para se candidatar a vereador. Não necessariamente a pessoa ganhou, mas só o processo de entender como funciona a política partidária, se filiar a um partido, entender o mecanismo, isso tudo traz um ganho de conhecimento absurdo.

Temos também pessoas que se formam aqui no [programa] Carta [da Terra] e acabam saindo da cidade de São Paulo. Uma carteira foi eleita vereadora numa cidade do interior de Goiás.

Então, os projetos são desde hortas em escolas até essas outras ações muito maiores que trabalham em consonância com a política formal, com a estrutura formal do Estado.

O que une todas essas ações, independente da temática que a ação está estruturada, é o desejo de transformar a partir da realidade, a partir do que se vive no território.

GABRIELA CHABBOUH_ Só comentar que a Prefeitura de São Paulo tem o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, que nasceu na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na UMAPAZ, e que hoje é um programa consolidado da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, que conta com agentes de promoção ambiental em diversas UBSs.

São Paulo tem mais de 500 UBSs e eles estão presentes em 350 delas, contratados para pensar esse trabalho de engajamento com a população e desenvolver projetos para trabalhar a questão ambiental, nessa compreensão de que ela está altamente conectada com a Saúde. Fazemos um trabalho de formação desses agentes de promoção ambiental para que eles estejam em condições plenas de engajar os cidadãos nesses projetos.

TORY HELENA_Quais soluções de mitigação ou de adaptação para os territórios na adaptação à Crise Climática que surgem a partir desses agentes ambientais e que podem incidir sobre as políticas públicas?

DÉBORA PONTALTI_Antes de falar quais soluções de mitigação e adaptação, talvez seja melhor começar falando como essas soluções desenvolvidas pelos agentes socioambientais, pelo cidadão, podem incidir em políticas públicas.

Acho que é pela capilaridade. Como a gente procura ter cidadãos sensíveis à questão socioambiental, à emergência climática, em todos os territórios da cidade, esse pensamento crítico adquire potência para incidir nas políticas públicas pela capilaridade.

Muitas vezes, podemos achar que essas ações são muito pequenas e pontuais, como uma horta numa área de risco, rede de compostagem comunitária ou campanhas de arborização urbana. Soluções Baseadas na Natureza que pensem no manejo de águas das chuvas, como os jardins de chuva, por exemplo, podem parecer

muito pontuais se olhamos a escala da cidade de São Paulo, mas elas começam a revelar os caminhos possíveis para que as políticas públicas sejam mais justas e eficazes nessa luta contra as mudanças do clima.

Essas ações de zeladoria urbana, de articulação de UBS, de articulação de equipamentos da Assistência Social e de escolas públicas, promovem uma conexão entre o cuidado cotidiano ali no micro e essas estruturas maiores, estatais.

Voltando um pouquinho no como, acho que essas soluções apresentadas pelos agentes socioambientais urbanos formam uma inteligência coletiva distribuída, que vai ajudar o poder público a enxergar possíveis soluções e que são soluções que nascem da vida real e não apenas de planos de gabinete, por exemplo.

Hoje vemos vários jardins de chuva pipocando pela cidade, muitas ações do poder público e das subprefeituras introduzindo jardins de chuva nos canteiros das grandes avenidas. Muitas dessas soluções começaram em coletivos de bairro, em coletivos que olharam para isso como uma solução viável ali no território, então ela ganha essa inteligência coletiva que vai subindo e então pode incidir nas políticas públicas.

TORY HELENA_ Você pode explicar o que é jardim de chuva e o que são Soluções Baseadas na Natureza?

DÉBORA PONTALTI_ Soluções Baseadas na Natureza foi o nome que a Academia achou para fazer o que os nossos ancestrais já

faziam e para retomar o que a cidade já era antes de ser tão impermeabilizada e modificada.

Os jardins de chuva, por exemplo, são jardins implementados em áreas onde normalmente há uma baixada e a água já ia escoar e empoeçar ali.

Então, por que não abrir o concreto, plantar um jardim com plantas que promovam a absorção da água para que essa água infiltre com maior tempo e não cause prejuízos? Sem entrar muito na parte técnica, essas seriam as definições.

TORY HELENA_ Para encerrar, como os agentes socioambientais urbanos e as ações de Educação Ambiental e Climática contribuem para a Justiça Climática?

GABRIELA CHABBOUH_ Contribui quando refletimos sobre a situação de desigualdades na cidade. Há muitas desigualdades no território e esses eventos climáticos atingem as pessoas de formas diferentes.

Conseguir transmitir isso para as pessoas, conseguir fazer com que elas reflitam e entendam como são impactadas de formas diferentes contribui muito para a discussão.

O trabalho da UMAPAZ é de engajamento da população para a cidadania e esse é o jeito que a UMAPAZ tem de discutir a Justiça Climática. É garantindo e dando espaço, não só para que as pessoas impactadas pelos eventos climáticos sejam pacientes, mas que sejam agentes no processo de transformação da cidade.

DÉBORA PONTALTI_ Quando sensibilizamos a população, quando formamos agentes nos territórios e nos territórios periféricos, que são justamente os mais vulneráveis, fortalecemos uma política pública na qual as respostas para essas desigualdades venham de dentro para fora, protagonizadas por aqueles que mais sentem os efeitos das desigualdades e eles sejam esses agentes da transformação.

Acho que essas ações se traduzem de muitas formas: no cuidado com a água, a alimentação e os resíduos; no microclima urbano, pensando em Soluções Baseadas na Natureza. Mas elas também se refletem em ações que cuidam das relações humanas.

O agente socioambiental vira uma referência no território, capaz de tecer redes e de propor soluções que são justas, porque partem da escuta coletiva e da valorização dos saberes locais. Acho que é assim que podemos contribuir para uma Justiça Climática.

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

#5

_____ O Direito à Cidade nomeia o direito de todos de viver em cidades, vilas e assentamentos justos, inclusivos, seguros e sustentáveis. A crise no clima e a ocorrência cada vez maior de eventos climáticos extremos é uma grave ameaça a esse direito. Estima-se que 90% dos municípios brasileiros tenham alguma área sob risco climático e os efeitos já são sentidos no dia a dia das cidades, com a maior ocorrência de deslizamentos, enchentes e ondas de calor. A conversa a seguir²⁸ discute os desafios e oportunidades nas agendas de Justiça Climática e Direito à Cidade.

28 A entrevista foi gravada em 27.05.2025 e editada para maior concisão e nitidez textual.

KELLY AGOPYAN



— É pós-doutoranda no Centro de Síntese USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, com pesquisa sobre gênero e direito à cidade. Doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade, com período sanduíche na Universidade Nacional Autônoma do México, estudando políticas públicas sobre o direito à cidade na América Latina. É assessora de projetos no Instituto Pólis e integra a equipe de apoio da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, mobilizando projetos sobre justiça climática e direito à cidade.

TORY HELENA_ Em 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) declarou que a Crise Climática é também uma crise dos direitos das crianças e dos adolescentes²⁹. A Crise Climática é também uma crise do Direito à Cidade?

KELLY AGOPYAN_ A Crise Climática é uma crise de todo o nosso modo de vida enquanto sociedade. É uma crise desse sistema de produção e de consumo exacerbado, é uma crise de como nos relacionamos enquanto sociedade e também enquanto sociedade com a natureza.

Então, sim, acho que a Crise Climática é consequência da combinação de diversas crises estruturais. Crises que dizem respeito a variáveis de gênero, classe, raça, território. A constante violação do Direito à Cidade se relaciona com isso.

DIREITO À CIDADE

Direito à Cidade é direito coletivo de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar do espaço urbano de forma igualitária.

O movimento pelo Direito à Cidade entende que nenhuma pessoa ou grupo étnico, racial ou social deve ser alvo desproporcional dos impactos negativos do desenvolvimento urbano.

Não ter a realização do Direito à Cidade contribui para o aprofundamento das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que o não Direito à Cidade também acaba resultando no maior impacto

²⁹ Relatório “[A Crise Climática é uma crise dos direitos da criança](#)”, publicado em 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

dos efeitos adversos do clima para os grupos mais vulnerabilizados, o que acaba gerando ainda mais obstáculos para a realização desse direito.

É uma via de mão dupla: não ter o Direito à Cidade contribui ainda mais com as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que os efeitos cada vez mais constantes das mudanças climáticas também são um fator que traz um obstáculo importante para a realização desse direito.

TORY HELENA_ Você pode descrever melhor o que seria esse Direito à Cidade?

KELLY AGOPYAN_ É importante dizer que não há uma definição única e consensuada sobre o que é o Direito à Cidade. A raiz da origem do conceito é do fim da década de 1960, de um conceito cunhado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre³⁰, num contexto de uma Paris vivenciada pelo sociólogo, na qual ele estava jogando luz à crítica de que a cidade estava passando por um processo de aburguesamento, com a expulsão do proletariado e com mudanças estruturais de ordem social, econômica e política na cidade. Isso do viés mais conceitual e teórico.

Esse conceito começa a ser mobilizado para fora da França e há um intercâmbio das academias francesas com outras academias.

30 Henri Lefebvre (1901-1991) foi um sociólogo e filósofo marxista, autor de uma série de livros sobre o espaço urbano: “O Direito à Cidade” (“Le droit à la ville”, no original em francês).

Esse conceito chega à América Latina e também começa a ser traduzido, reinterpretado pela sociedade civil.

No Brasil, Direito à Cidade é um conceito em diálogo com as diferentes demandas sociais urbanas. Os movimentos urbanos já estavam se mobilizando e isso ganhou ainda mais força com o processo da Constituinte no fim da década de 1980, com o movimento pela reforma urbana, que acabou sendo bem sucedido com a incorporação do artigo sobre a política urbana na nossa Constituição.

O Instituto Pólis, historicamente, é uma organização que vem mobilizando esse direito nos seus quase 40 anos. Temos uma percepção de que o Direito à Cidade só consegue ser realizado a partir do alcance da justiça territorial, da justiça socioambiental e climática e da justiça de gênero racial, LGBTQIAPN+.

O Direito à Cidade pode incorporar diferentes mudanças sociais. Talvez esse seja um dos seus grandes desafios e pontos fortes: conseguir reunir diferentes demandas capazes de dialogar e aproximar diferentes atores do campo urbano.

Diferentes organizações acabam tendo diferentes interpretações do que é o Direito à Cidade, mas, sintetizando, é como conseguimos garantir cidades justas para todos os grupos sociais e populacionais.

Uma cidade sem discriminação, uma cidade com participação social, que reforça a democracia participativa, uma cidade sustentável, uma cidade que consiga garantir que quem transita e reside nela consiga se apropriar dos seus espaços, transformá-los, e ter os seus direitos garantidos no espaço urbano.

TORY HELENA_ Como o Direito à Cidade se relaciona com a Justiça Climática?

KELLY AGOPYAN_ Começamos a perceber que existia um distanciamento no debate, na discussão sobre Justiça Climática com a questão do território e com a questão urbana.

O que o Instituto Pólis e a Plataforma Global pelo Direito à Cidade, que é uma rede de articulação da sociedade civil, vem coordenando nos últimos 10 anos, é mobilizar essa visão de Justiça Climática a partir do Direito à Cidade.

O que isso significa? Antes de tudo, que toda ação climática tem que ser baseada em Direitos Humanos. Ela não pode violar Direitos Humanos com essa justificativa climática ou ambiental. **Não existe uma ação de Justiça Climática que viole Direitos Humanos.**

Um segundo ponto que o Direito à Cidade traz de contribuição para o debate climático é esse enfoque no conhecimento territorial.

Assim, quando analisamos os efeitos adversos, é preciso considerar que eles têm impacto diferenciado no contexto dos territórios. Alguns territórios sofrem mais impacto do que outros e essa dimensão territorial está muito interseccionada com dimensões de gênero, raça e classe.

Quando olhamos para os grandes impactos do clima, todas as cidades e todos os territórios sofrem algum problema, mas esse impacto é sentido de formas diferenciadas e muitas vezes desiguais em territórios específicos.

A dimensão do território é importante para uma análise mais profunda, concreta e condizente com a realidade e também para pensar em soluções que consigam responder a essas desigualdades que já existiam previamente.

Um terceiro ponto que o Direito à Cidade contribui com a Justiça Climática é a dimensão da participação. Temos que pensar na ação climática a partir das comunidades, inclusive levando em consideração os saberes já desenvolvidos de baixo para cima e como conseguimos valorizar, reforçar e consolidar esses conhecimentos e práticas desde o território.

E também como a sociedade civil tem que estar envolvida em todas as etapas, em todo o processo de ação climática para que ela seja mais justa e eficiente.

Além disso, outro ponto também discutido pelo Direito à Cidade é a questão da cidadania inclusiva. Isto é, como esses processos do fazer da política pública urbana devem levar em consideração diferentes públicos, inclusive aqueles que historicamente não se “encaixam”, entre muitas outras, na noção de cidadania, que muitas vezes está associada a uma questão de nascimento geográfico ou uma questão também de parâmetros da legislação.

Por exemplo: como garantir que crianças e adolescentes que, em tese, ainda não têm a idade para participar ativamente da política por meio do voto, também sejam incluídas e tenham suas vozes ouvidas nesse processo da construção da política climática. Isso é garantir uma cidadania inclusiva.

Outro ponto também central para o Direito à Cidade nessa intersecção com a Justiça Climática é o Direito à Moradia. O Direito

à Moradia também como uma estratégia de mitigação e de adaptação climática, entendendo que, quando as pessoas têm Direito à Moradia adequada, estarão mais adaptadas para esses efeitos adversos do clima. Inclusive, um planejamento urbano adequado também pode ser um grande contribuidor para a redução da emissão de gases do efeito estufa. Então, o Direito à Moradia adequada é fundamental para a garantia da Justiça Climática. Por fim, dizer que estamos falando de Direito à Cidade, normalmente gera-se um pouco de dúvida, né?

Então quer dizer que é só Direito à Cidade, [o direito] das pessoas que vivem na cidade? Estamos excluindo o contexto rural? Na verdade, não. O que estamos querendo dizer e reforçar quando falamos do Direito à Cidade, pelo menos a partir da perspectiva do Polis e da Plataforma Global, é que temos que fortalecer a conexão que existe entre o contexto urbano e rural. Até porque não dá para fazer uma separação em caixas. Existe uma simbiose entre o contexto urbano e rural. E sabemos que o contexto urbano é altamente dependente do que o rural traz para a cidade.

Então, como conseguimos fortalecer esses laços e mostrar que há uma interdependência, isso também está vinculado a como as cidades têm que ter um modelo de urbanização ambientalmente sustentável. Esses são os componentes que o Direito à Cidade traz para essa perspectiva da Justiça Climática.

TORY HELENA_ O Instituto Pólis recomenda que o Direito à Cidade seja um dos marcos referenciais para orientar essa ação climática que busque a equidade. Como pensar o Direito à Cidade ajuda a

criar e fortalecer Territórios Educativos que sejam preparados para um cotidiano e um futuro de clima extremo?

KELLY AGOPYAN_ Retomando essa discussão sobre essas bases mais conceituais, que conectam o Direito à Cidade à Justiça Climática. Inclusive, fica o convite para acessar, como outra fonte de material, o documento temático produzido pela Plataforma Global pelo Direito à Cidade, chamado Direito à Cidade: caminhos para a Justiça Climática³¹, que traz um pouco dessa discussão que eu coloquei. E também o Glossário das Mudanças Climáticas³², que analisa os principais aspectos, temas e conceitos das mudanças climáticas a partir desse olhar territorial e do Direito à Cidade.

São dois documentos de apoio bem interessantes e que, de alguma forma, ajudam a responder essa pergunta: como o Direito à Cidade ajuda a fortalecer territórios para um futuro menos catastrófico em relação ao clima? Para ilustrar, é importante trazer exemplos ainda mais concretos.

Quando usamos o Direito à Cidade para mobilizar e fortalecer os territórios, estamos falando, novamente, que a ação climática deve ser centrada nos territórios e comunidades. Ela deve ser pensada de baixo para cima, não existe uma ação climática que seja pensado de cima para baixo e que consiga ser eficiente e abranger as demandas e necessidades dos territórios e dos grupos

31 Direito à Cidade: caminhos para a Justiça Climática - A relevância do Direito à Cidade para enfrentar as Mudanças Climáticas, o Aquecimento Global e promover a Justiça Ambiental, [disponível aqui](#).

32 Glossário das Mudanças Climáticas, [disponível aqui](#).

mais vulnerabilizados. É necessário escutar, estar nesses territórios e entender quais são as melhores estratégias que atendem a essas demandas.

Ou seja, temos falado muito de valorização das tecnologias sociais, que já estão sendo desenvolvidas nessas comunidades, muitas vezes, por uma questão mesmo de necessidade. A ausência de políticas públicas acaba impulsionando o desenvolvimento dessas tecnologias sociais, e que, justamente, respondem de forma muito mais eficiente às demandas desses territórios. E lembrando que temos uma diversidade de territórios, não dá para homogeneizar os territórios mais vulnerabilizados, como se fossem todos iguais e existisse uma receita ou resposta única para as demandas climáticas.

Um exemplo disso, que o Instituto Pólis vem apoiando e liderando junto aos movimentos de moradia, aqui em São Paulo (SP), é o Coletivo de Energia Solar Leste 1³³. Nele, tentamos mostrar como é importante que a comunidade esteja envolvida no processo de transição justa e popular.

E como uma iniciativa como essa, que, por meio da instalação de placas solares e o envolvimento dos conjuntos habitacionais de moradia popular, vem se engajando nesse processo da instalação, sabendo a importância do uso de energia solar, renovável, e sendo mais autossuficiente no acesso à energia, como isso contribui para

33 Protótipo de tecnologia social para a criação de coletivos que democratizam o acesso à energia de baixo custo, com qualidade e de forma sustentável. Entre os objetivos, estão reduzir os gastos com energia dos moradores diretamente beneficiados e desenhar uma perspectiva popular sobre transição energética justa.

mitigação e adaptação climática, tornando esses territórios menos vulneráveis a esses efeitos do clima.

Esse projeto busca realmente ser uma construção coletiva e de construção com as comunidades dessas microusinas solares nos próprios conjuntos habitacionais, que acabam reduzindo muito o custo da energia e conseguem praticamente já prover toda a energia nos espaços comuns desses conjuntos habitacionais.

De uma forma muito interessante, muito democrática, esse processo de democratização do acesso à energia também contribui para o combate à pobreza energética, que é uma questão que está muito em voga no Brasil.

O segundo ponto, que a mobilização do Direito à Cidade vem conseguindo concretizar nesse fortalecimento nos territórios, que está muito conectada com a centralidade dos territórios e das comunidades nessa resposta ao clima, é a governança climática participativa. Todos planos de ação climática, de adaptação e mitigação, têm que ser construídos de forma colaborativa. E devem existir canais de participação acessíveis, levando em consideração que o tema das mudanças climáticas ainda é muito técnico.

Então, pensar um pouco também nessa questão do acesso à informação e que isso é um dos pilares dessa governança climática participativa.

E também chamamos atenção para a importância da elaboração de planos comunitários de gestão de risco, tendo em vista a incidência cada vez mais intensa desses eventos climáticos.

Temos atuado em comunidades tradicionais no município de Paraty (RJ): uma comunidade caiçara, em Ponta Negra, e uma

aldeia indígena em Itacimirim. Ainda que não sejam áreas urbanas, a metodologia de produção de planos comunitários de gestão de riscos traduz de forma muito interessante o que queremos dizer com governança climática participativa. Trata-se também de uma metodologia que pode ser replicada para outros territórios, colocando as comunidades no centro e a partir da perspectiva da garantia dos Direitos Humanos desses grupos mais vulnerabilizados e impactados por mudanças climáticas.

TORY HELENA_O Racismo Ambiental ajuda a explicar as situações de desigualdades vistas nas cidades do Brasil, em que as populações negras, indígenas, periféricas são as mais prejudicadas na prática pelas situações de clima extremo. Como o Racismo Ambiental se articula com a Justiça Climática?

KELLY AGOPYAN_Ainda que o termo tenha ganhado mais destaque nos últimos anos, ele está muito conectado a um debate que já existe sobre esses impactos diferenciados das questões ambientais.

Nos Estados Unidos, esse debate surge já na década de 1980, a partir da reivindicação das comunidades racializadas norte-americanas que sofriam impactos desproporcionais e diretos da poluição das indústrias. Ainda que seja um debate com algumas décadas, podemos pensar nessa mesma situação da poluição e os impactos diferenciados nos diferentes grupos populacionais aqui em São Paulo.

Atualmente, tem acontecido um debate sobre a instalação de incinerador de lixo na região de [o bairro de] São Mateus, no

extremo Leste de São Paulo, que tem sido colocada como uma solução, entre muitas outras, para a diminuição de resíduos da cidade, mas que, na verdade, não é uma solução de verdade. Ela é altamente poluente e afeta diretamente a população de baixa renda que vive nessa região, majoritariamente negra e parda. É um exemplo de que continuamos sofrendo com as mesmas questões que o debate de Racismo Ambiental [colocou] na década de 1980 no contexto dos Estados Unidos. Conseguimos transpor para a nossa realidade atual porque se trata de uma questão estrutural, que é o racismo.

O que o Racismo Climático e Ambiental traz é essa afirmação de que os efeitos adversos climáticos afetam todas as pessoas, mas de formas diferenciadas e, muitas vezes, desiguais. Ou seja, os impactos ambientais são socialmente construídos, as vulnerabilidades climáticas são resultado de uma intersecção de marcadores de raça, classe e gênero. Isso fica muito evidente diante de exemplos concretos, como o estudo feito pelo Instituto Pólis sobre racismo ambiental em três cidades brasileiras: Belém (PA), São Paulo (SP) e Recife (PE). Nos três casos, notou-se que os territórios com maior risco geológico e hidrológico, ou seja, risco de deslizamento de terra e de ocorrência de enchentes, são os territórios em que há predominância de famílias de baixa renda. Os territórios menos dotados de infraestrutura e de serviços ambientais básicos são aqueles que concentram populações majoritariamente pretas e pardas, assim como aqueles onde há maior concentração de domicílios chefiados por mulheres.

Todos esses aspectos juntos, justamente nos territórios com maior probabilidade de ocorrência desses riscos vinculados à questão climática, não é uma coincidência. É uma demonstração de que o Racismo Climático e Ambiental se reproduz nos territórios urbanos mais vulnerabilizados, com maior incidência de população negra e com domicílios de baixa renda chefiados por mulheres.

Assim, conseguimos concluir que nunca vamos conseguir alcançar a Justiça Ambiental e Climática se também, concomitantemente, não atuarmos para a alcançar a justiça social, racial, territorial e de gênero.

Os dois esforços têm que andar juntos, porque os impactos ambientais das mudanças climáticas dizem respeito às desigualdades sociais de gênero, de território e de raça. Uma coisa está muito vinculada à outra, não é só uma questão de clima, mas intrinsecamente social, econômica e política.

TORY HELENA_ Vamos viajar para Belém, metaforicamente, e falar um pouco sobre a COP30, que está marcada para novembro de 2025 na capital do Pará. Na sua opinião, como o Direito à Cidade pode contribuir para essas discussões que vão acontecer nessa alta cúpula do clima?

KELLY AGOPYAN_ Essa pergunta é bem interessante porque ela é muito atual. Acho que a COP30 tem mobilizado o interesse e a curiosidade de muita gente que até então ainda se via distante do debate sobre mudanças climáticas, negociação internacional do clima e governança global do clima.

É muito importante acontecer no Brasil depois de alguns bons anos ocorrendo em países altamente poluidores, cuja base energética é de combustíveis fósseis, países que, no geral, não têm uma tradição de democracia e de abertura à participação social.

Inclusive, podemos olhar para a realização dessa COP a partir dessa perspectiva: um pouco de esperança. De que por ser uma COP num país um pouco mais aberto e que tem sido mais progressista em relação aos anteriores para a questão climática, de que essa COP realmente poderá ter resultados de grande impacto.

Mas o que ainda temos visto é que esse contexto de governança global do clima ainda é muito nichado. Por exemplo: para participar da COP é necessário ter credenciamento da UNFCCC³⁴, que é a Convenção Quadro da ONU para as Mudanças Climáticas. Ela dá esse credenciamento, que já é um processo longo e muito complexo, que leva mais de dois anos.

Então, não é fácil estar nesse espaço oficial da ONU e conseguir participar. Além disso, nós do Instituto Pólis, ainda tentamos entender qual é o espaço que, de fato, existe para a incidência política dentro dessa conferência.

No caso da Plataforma Global pelo Direito da Cidade, para muitas das organizações que integram a plataforma, vai ser a primeira vez participando de uma COP. Ainda estamos tentando entender qual é o espaço que conseguimos alcançar dentro de uma conferência como essa.

34 United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em português)

O que o Polis e a Plataforma têm tentado trazer é que nosso primeiro objetivo é pautar a importância da questão urbana e territorial para essas discussões de mudança climática.

No Brasil, essa porcentagem é até superior, mas, em nível global, 64% da população urbana apresenta um nível alto de exposição aos desastres climáticos. Ao mesmo tempo em que as cidades são responsáveis por 72% da emissão de gases de efeito estufa globais.

As cidades também são um bloco de consumo de energia: 75% da energia global é consumida nas cidades. Então, se por um lado temos cidades que contribuem fortemente e diretamente para as mudanças climáticas, por outro, também é o espaço em que sua população tem sido cada vez mais afetada, muitas vezes de forma catastrófica, pelos efeitos das mudanças climáticas.

Isso já é um ponto de partida do porquê que temos que trazer a questão urbana [para a questão climática]. A principal questão que queremos pautar é que toda ação climática e cúpulas de alto nível precisam considerar as dimensões de Direitos Humanos, em primeiro lugar, e também a questão da participação das comunidades, desse formato que seja o mais participativo possível. Porque não adianta fazer uma negociação sem pensar em como vai impactar no nível local, nos territórios.

Ainda que já tenha existido nas últimas COPs alguns dias temáticos para a discussão do urbano e da cidade, achamos que falta um debate mais qualificado sobre as desigualdades dos processos de urbanização e do próprio planejamento urbano. Ele precisa ser mais sustentável e precisamos mudar essa lógica de urbanização, ainda

pautada por padrões de construção e de moradia muito desiguais, que implicam em padrões de mobilidade altamente poluentes, isto é, grandes deslocamentos pela cidade, além de uma gestão de resíduos inapropriada. No Brasil, ela está muito ainda pautada nos aterros sanitários, que também são um locus de produção de alto índice de emissão de metano. Há todo um planejamento urbano cuja lógica precisa ser pautada por outras diretrizes e que sabemos que ainda é muito captado por interesses privados ao invés do cumprimento de função social da cidade e da propriedade urbana. É necessária essa mudança estrutural de se colocar as pessoas e as comunidades no centro do debate.

É um pouco disso que vamos tentar trazer na discussão dessa COP, mas entendendo que há limitação nos espaços de participação e incidência, sobretudo nos oficiais. Mas também devemos considerar os espaços paralelos de incidência, por exemplo, COP do Povo³⁵, que tem sido mobilizada pelos movimentos sociais para ser uma cúpula ao mesmo tempo que a COP, mas trazendo a perspectiva e as demandas e os debates da sociedade civil.

Também acho que parte dessa incidência ao longo da COP é aproveitar esse momento de todos os olhares do mundo para Belém e tentar colocar em evidência e questionar o que tem sido considerado como soluções para a Crise Climática. No geral, são [soluções] muito simplistas e que não provocam mudanças estruturais.

35 Coalizão formada por comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil

TORY HELENA_ Para terminar olhando um pouco para o futuro, olhando para essa questão das novas gerações. O Direito à Cidade convoca todos nós que estamos aqui a pensar nisso, mas também ele inclui as novas gerações, as crianças, os adolescentes e os jovens.

Na sua opinião, como essa participação juvenil e infantil contribui para que um Território Educativo mais preparado para o agravamento do clima?

KELLY AGOPYAN_ Atualmente, o que vemos da consciência da nossa juventude, das nossas crianças e adolescentes, em relação às mudanças climáticas, já é muito diferente do que tínhamos há algumas décadas: quando eu era criança, e adolescente não tinha essa dimensão. Por um lado, isso tem sido acelerado porque os próprios efeitos adversos das mudanças climáticas têm sido cada vez mais intensos.

Então, hoje em dia é impossível você ser negacionista de que não existe mudança climática. E as crianças e os adolescentes são muito impactados por isso, inclusive porque estão em fase de desenvolvimento.

É um grupo que já tem um alto índice de vulnerabilidade, próprios estudos da Unicef, analisando a questão da mudança climática no Brasil, já demonstrou que 40 milhões de crianças e adolescentes estão mais expostas a algum risco por conta do clima, o que representa já 60% das crianças e dos adolescentes do país. Ou seja, mais da metade das crianças e adolescentes do nosso país estão expostas a algum risco climático.

Elas estão vivenciando isso diretamente, mas tem também uma questão que é quase uma reparação na histórica que deve ser feita porque é um dos grupos que mais tem sofrido e que vai sofrer por um período maior de tempo com os efeitos das mudanças climáticas, mais tempo do que nós.

Eles vão ter que conviver com as mazelas da questão climática por muito mais tempo, mas também foram as pessoas que menos contribuíram com esse processo [das mudanças climáticas].

Então, acaba entrando um pouco nessa como a gente consegue incluí-las e também considerá-las como parte da solução, porque elas são parte fundamental dessa solução. Voltando no debate sobre o Direito à Cidade, há a questão da cidadania inclusiva, de como tiramos as crianças, adolescentes, jovens desse lugar de vítima. Ainda que elas sejam altamente afetadas, elas também têm suas demandas, seus desejos e suas necessidades.

Então, como colocar também esse grupo no papel de agentes? Porque, no geral, o que é visto nesse debate, inclusive nesses processos da COP, é um debate muito adultocêntrico.

Então, acho que é, cada vez mais, trazer esse tema, trazer dados e informações que sejam acessíveis para esse grupo. Se já é muito difícil de compreender os debates sobre o clima para quem já é mais maduro, imagina para um público que está ouvindo falar disso só agora, que precisa de fato entender e ter mais informações sobre o tema.

É necessário uma comunicação mais inclusiva, mais acessível sobre o que são as mudanças climáticas, o que elas implicam

e o que é necessário fazer agora. E incluir esse grupo é mais do que essencial.

O Direito à Cidade traz um pouco dessa dimensão de cidadania inclusiva e de pensar nas diferentes contribuições, na diversidade de demandas que existem a partir de diferentes grupos sociais, para esse tema das mudanças climáticas.

Entendendo também que o não Direito à Cidade das crianças e adolescentes é uma realidade. O planejamento das nossas cidades é muito adultocêntrico,

É muito inacessível a nossa infraestrutura urbana. Não responde às demandas e necessidades desse grupo. Muitas vezes, [crianças e adolescentes] é um grupo também impactado por todas essas desigualdades interseccionais que atravessam suas famílias. Também é um grupo privado de diversos direitos básicos: acesso à moradia, ao saneamento básico, à água, ao direito à energia. Como isso também impacta de forma diferenciada a sua vida, com reflexos para o seu desenvolvimento futuro, para as possibilidades e oportunidades que essas crianças vão ter.

O Direito à Cidade para as crianças e adolescentes também tem que ser uma prioridade. Normalmente, quando falamos de Direito à Cidade, a sempre se remete a uma pessoa adulta, esquecendo que existem demandas dessas crianças que devem ser ouvidas. Se ouvidas, elas também vão contribuir para uma melhor adaptação para os futuros impactos do clima.

TORY HELENA_ Estamos chegando no fim da nossa conversa. Só queria perguntar se tem algum aspecto que eu não tenha

mencionado que você acha que vale a pena falar. Alguma consideração final?

KELLY AGOPYAN_ Temos tratado muito de um debate conectado ao Direito à Cidade e à Justiça Climática, que é a questão do Cuidado. As mudanças climáticas aumentam as demandas de cuidado por grupos já vulnerabilizados, como idosos e crianças, sobrecarregando ainda mais as pessoas que cuidam, que são sobretudo mulheres negras. Então, olhar para a centralidade do debate de Cuidados no nosso planejamento urbano também é uma estratégia de adaptação climática.

Vivemos uma estrutura que já não suporta mais. Pensar também nessa dimensão do Cuidado e na sua intersecção com gênero e raça tem tudo a ver com esse momento de Crise Climática .

É pensar no Cuidado como política pública, como algo que o Estado também pode prover e fazer. E não algo que está restrito ao ambiente da sua casa ou às mães e avós. Acho que é um passo super importante e estamos vendo as primeiras iniciativas nesse sentido. Espero que realmente se multiplique, porque é mais um aspecto que teremos que levar em conta nessa questão da crise no clima.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E JUSTIÇA CLIMÁTICA

#6

_____ Como a Educação Alimentar e Nutricional se relaciona com a Justiça Climática? Na conversa a seguir³⁶, Ariela Doctors, do Instituto Comida e Cultura, aponta caminhos para aproximar as infâncias de uma alimentação saudável para todos e sustentável para o meio ambiente.

36 A entrevista foi realizada em 02.06.2025 e é editada para maior concisão e nitidez textual.

ARIELA DOCTORS



— Co-fundadora e coordenadora-geral do Instituto Comida e Cultura. Formada em Comunicação Social e chef de cozinha, é gestora, escritora e educadora. É idealizadora e facilitadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Comida, Cultura e as Infâncias, na Pedagogia para Liberdade em parceria com a UniBF. Além de atuar como professora de Educação Alimentar para crianças, é autora do livro infantil “O que vai ter para comer”?, que amplia a consciência alimentar e ambiental de crianças e adolescentes.

NATALY SIMÕES_ Desde 2023, o Instituto Comida e Cultura desenvolve o programa Cozinhas Infâncias, que é voltado para a formação de educadores e profissionais da escola. De que maneira o projeto colabora para criar políticas alimentares mais justas, sustentáveis e próximas às realidades das populações?

ARIELA DOCTORS_ O Cozinhas e Infâncias é um programa que está acontecendo atualmente em três municípios do Brasil: em São Paulo (SP), em Curitiba (PR) e também na Chapada dos Guimarães.

Ele é um programa que, em cada município onde está inserido, trabalha com educadores, professores, nutricionistas e cozinheiras das escolas. Porque entendemos que todos eles são atores que estão relacionados ao desenvolvimento dessas crianças e todos eles precisam entender a importância da Educação Alimentar estar inserida de forma transversal dentro dos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas.

Quando fazemos essa formação, procuramos trazer a história da formação da culinária brasileira, trazendo os múltiplos atores que foram responsáveis pela criação dessa nossa cultura alimentar.

Falamos da alimentação humana desde os primórdios, quando nós éramos caçadores-coletores, até o domínio do fogo e depois todo o desenvolvimento dos sistemas alimentares ao longo da nossa História. Ou seja, a História humana paralela com a História da alimentação. Com isso, conseguimos trazer o entendimento de como os sistemas alimentares estão relacionados, com todos os

processos. Conseguimos dar visibilidade aos processos que foram invisibilizados ao longo da nossa História.

Por que estou falando tudo isso para responder sua pergunta? Porque trazemos muito a sociobiodiversidade dos territórios onde atuamos. Na Chapada dos Guimarães, por exemplo, conseguimos incidir na fase três do projeto, inclusive na chamada pública para aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), daquele município.

Naquela cidade, a chamada pública não contemplava alguns alimentos da biodiversidade local, como o pequi, o baru, que são alimentos importantes para a cultura e para a tradição daquele bioma e daquela cidade. Agora, esses alimentos estão inseridos na chamada pública e aí os pequenos produtores locais podem, de alguma maneira, concorrer e levar esse alimento para o chão da escola.

NATALY SIMÕES A Educação Alimentar e Nutricional está prevista em lei, mas ainda enfrenta muitos obstáculos para ser implementada nas escolas. Como você definiria o conceito de Educação Alimentar e o que seria uma alimentação adequada e saudável para os nossos estudantes?

ARIELA DOCTORS Temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar³⁷, que já está com 60 anos. Nele, existe a previsão de

37 Criado na década de 1940, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) repassa recursos para o fornecimento de merenda para os estudantes. Trata-se de um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo e o único com atendimento universalizado.

Educação Alimentar e Nutricional nas escolas. Há também uma resolução sobre isso e agora temos uma lei de 2018³⁸ que prevê essa Educação Alimentar inserida nos currículos escolares, de forma interdisciplinar.

Ou seja, podemos falar de Educação Alimentar em qualquer uma das disciplinas. Essa é uma grande discussão: se deveria existir uma disciplina específica para a Educação Alimentar ou se ela pode estar inserida em outras disciplinas dentro do currículo.

A meu ver, a Educação Alimentar e Nutricional, além de ser super importante, encontra alguns desafios nesse caso. Porque fica um jogo de empurra, sabe? Ninguém sabe exatamente onde ela deve entrar nas formações dentro das escolas. Ela é super importante, mas as pessoas não sabem se é a professora da Educação Infantil que deve entrar com esse tema, se é também no Ensino Fundamental, dentro de uma disciplina específica como Biologia ou Ciências, ou se também pode entrar na Matemática ou no Português. É a nutricionista que faz esse tipo de formação dentro das escolas ou isso deveria ser uma parceria entre nutricionistas e professores?

Enfim, existe uma ampla discussão sobre o tema, mas o fato é que, indiscutivelmente, sabemos hoje em dia que a Educação Alimentar desde a primeira infância é muito importante. Porque uma criança bem alimentada consegue adquirir bons hábitos alimentares desde a mais tenra idade.

38 Lei [13.666/2018](#)

Por exemplo, se você aprende a tomar refrigerante ou bebidas açucaradas desde a infância, depois, quando chegar na adolescência ou na fase adulta, vai ser muito difícil dizer não para um refrigerante.

Falo por mim mesma: quando eu era pequena tomava muito refrigerante e foi difícil parar de tomar, mesmo entendendo o mal que poderia fazer.

Hoje em dia eu não tomo mais e eduquei meus filhos desde o princípio a não tomar refrigerante. Então, dificilmente eles vão tomar. É muito mais fácil criar bons hábitos desde a primeira infância do que ter que redirecionar esses hábitos ao longo da nossa fase adulta.

Mas o que é uma alimentação adequada e saudável? **Uma alimentação adequada e saudável depende muito do território onde você está inserido.**

Por exemplo: não podemos dizer para uma criança que mora nos pólos do nosso planeta que é importante comer alface, cenoura e agrião. Eles não tem nem onde plantar isso para essas crianças. Vai ser importante comer alimentos gordurosos o suficiente, por exemplo, para aguentar o frio dos pólos. Então, não existe uma dieta única.

Não podemos dizer que a dieta mediterrânea, por exemplo, é boa pra todo mundo. Acho que depende muito da sociobiodiversidade local. Com isso, além de encurtar as distâncias para o alimento chegar nas escolas e casas dessas crianças, conseguimos promover a economia do próprio território.

Uma alimentação adequada e saudável tem que ser [saudável] para tudo: para o solo, para o próprio alimento, para quem plantou, para quem está transportando, para quem está se alimentando. Também é preciso se preocupar com o descarte do que sobra desse alimento, fazer da forma correta, de modo que ele volte para o próprio solo.

Uma alimentação saudável é essa que prevê tudo, que vê o alimento de forma sistêmica, assim como o planeta.

NATALY SIMÕES_ Em artigos e entrevistas, você fala sobre o conceito de sindemia. Trata-se de um termo utilizado para se referir a uma conjunção de desafios no âmbito da alimentação, como a desnutrição, a obesidade e a própria Crise Climática . Como esses desafios se materializam?

ARIELA DOCTORS_ Hoje em dia, trabalha-se com uma classificação nova, criada e divulgada por nutricionistas, cientistas brasileiros e a Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, por meio do Guia Alimentar para a População Brasileira³⁹ de 2014, junto com o Ministério da Saúde.

[Na nova classificação] Não há mais aquela pirâmide alimentar, mas sim uma divisão dos alimentos conforme o seu processamento. Assim, os alimentos minimamente processados e in natura são aqueles que devem ser mais consumidos.

39 Guia Alimentar para a População Brasileira, [disponível neste link.](#)

Já os [alimentos] processados, devemos nos alimentar com parcimônia. Ele é um alimento que vem da natureza, mas que você processa e acrescenta o sal, por exemplo.

Por fim, os alimentos ultraprocessados são aqueles que devemos evitar de toda maneira, são aqueles alimentos que de natural não tem nada. São feitos nas indústrias de alimentos, em laboratórios e cheios de aditivos, conservantes e aromatizantes.

E por que estou dizendo isso? A sindemia é uma sobreposição de outras pandemias: desnutrição, obesidade, de doenças crônicas não-transmissíveis, como aquelas relacionadas ao coração, pressão alta, diabetes, que são as doenças que mais matam no Brasil e no mundo. Há uma pandemia relacionada a isso e também às mudanças climáticas, elas estão totalmente interconectadas.

Quem cunhou o termo sindemia foi o médico americano Merrill Singer⁴⁰. O que ele traz é essa percepção, que precisamos ter atualmente, de como a escolha do que colocar no prato, de onde comprar, pode reverberar em absolutamente tudo, inclusive no nosso clima.

Como isso se materializa? Se escolher comprar de um pequeno produtor que mora mais próximo, por exemplo, você diminui as distâncias, precisa utilizar menos combustível fóssil para transportar aquele alimento. Então, essa é uma maneira de cooperar com a não-emissão de gases do efeito estufa.

Outro exemplo: decidir não comer mais tanta carne, tanta proteína animal, também ajuda na manutenção da floresta e na

40 Merrill Singer (1950-2025) foi médico e antropólogo e cunhou o termo “sindemia” (“syndemics”, em inglês) na década de 1990.

redução do desmatamento. Porque é preciso desmatar grandes áreas e, para alimentar esses bois, você tem que desmatar muito mais e produzir monoculturas para fazer as rações dos animais, que são a soja e o milho.

Quando você escolhe comer alimentos ultraprocessados ao invés de alimentos in natura, você também corrobora para esse plantio de monoculturas, porque as monoculturas são a base dos alimentos ultraprocessados. [Monoculturas como a] soja, milho, açúcar, farinha de trigo.

Isso se materializa dessa forma, a partir das nossas escolhas, mas isso também não pode se tornar uma culpabilização do indivíduo.

Não é apenas escolhendo o que vamos comer que vamos sair dessa situação. Precisamos também exigir dos nossos governos que eles façam políticas públicas que nos ajudem a combater esse tipo de alimentação que favorece as mudanças climáticas.

Ou seja, se fizermos políticas públicas que vão ajudar o agro-negócio, estamos corroborando para que as mudanças climáticas continuem acontecendo cada vez mais.

Por outro lado, se as políticas públicas prevêm, por exemplo, a compra de 30% das merendas provenientes de pequenos produtores, fortalecemos uma cadeia de distribuição e produção que está mais relacionada a uma alimentação saudável e a não-destruição de florestas.

Essa responsabilidade não é só do indivíduo, mas envolve os governos, a indústria dos alimentos e da publicidade.

NATALY SIMÕES_Aprofundando um pouco mais na questão da Crise Climática , temos visto que as escolas brasileiras têm sofrido muito com os eventos climáticos extremos. Em especial, as cozinhas das escolas estão mais vulneráveis às ondas de calor, que atingem também os profissionais que nela atuam no manejo e preparo dos alimentos, além dos estudantes. É possível prover uma alimentação saudável e de qualidade sem olhar para as cozinhas escolares?

ARIELA DOCTORS_Nem um pouco. Precisamos olhar pras cozinhas escolares e pra quem tá inserido nelas, que são as cozinheiras escolares. No Instituto Comida e Cultura, entendemos que as cozinheiras escolares são educadoras.

Elas não estão ali simplesmente fazendo ou entregando a comida pra criança. Pelo contrário, ela pode ser uma grande agente transformadora dentro da escola na criação de bons hábitos alimentares para essas crianças. Porque ela está em contato todos os dias com essa criança e pode, inclusive, auxiliar as professoras nessa Educação Alimentar.

Por isso que o programa Cozinhas e Infâncias prevê a formação não só de professores, mas também dessas cozinheiras.

Em relação ao calor dentro das cozinhas, tanto de escolas quanto de restaurantes e até mesmo em cozinhas solidárias, temos que pensar como a Bela [Gil] bem traz no livro dela: quem é que vai fazer essa comida? Como enaltecer essas pessoas que estão no dia a dia fazendo uma comida de verdade? [Fazendo] uma comida bem feita e não essas ultraprocessadas que estão nos levando a morrer aos poucos pela boca e também a matar o nosso planeta, por

meio das monoculturas, da derrubada de florestas e da utilização desenfreada de agrotóxicos. Principalmente no Brasil, há muitos agrotóxicos que são liberados aqui e que não são permitidos nos Estados Unidos.

Então, acabamos sendo esse celeiro do mundo da monocultura. Parece que produzimos muito alimento, produzimos muita soja, milho, açúcar e trigo, mas para alimentar quem? Porque a alimentação saudável que está no prato brasileiro – o arroz, o feijão, as verduras, as frutas, os legumes – vêm dos pequenos produtores. Eles deveriam ser beneficiados com políticas públicas que auxiliassem tanto a produção quanto a distribuição desse tipo de alimento.

NATALY SIMÕES_ Na sua avaliação, quais são os principais desafios para a promoção da alimentação saudável e adequada nas escolas hoje? Como fazer para incluir toda a comunidade escolar nesse processo, para além dos profissionais da cozinha?

ARIELA DOCTORS_ Os desafios são imensos. Assim como a lei para a Educação Antirracista⁴¹ levou mais de 20 anos, de fato, para começar a ser executada de forma mais incisiva nos currículos, a Educação Alimentar também está em vias de começarmos a entender a importância dela desde a primeira infância.

Nas escolas, essa lei [da Educação Alimentar] é de 2018, daqui a pouco vai completar 10 anos. É uma lei muito importante, mas existe esse desafio de entender como implementar, já que ainda

41 Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira para a Educação Básica

não se tem muito claro, dentro das escolas, quem é que vai promover essa Educação Alimentar. Quando falamos de alimento, como envolver, para além das cozinheiras escolares, outras pessoas nessa relação com a comida?

Tem escolas em outros lugares do mundo que usam a alimentação e a comida como centro de toda a Educação. Isso faz muito sentido, porque ao mostrar para uma criança de onde vem o alimento, como ele pode ser transformado, o que fazemos com ele depois, você dá visibilidade aos processos.

O que estamos sofrendo atualmente como humanidade, e que levou a essa sindemia, é uma crise de percepção. Não estamos percebendo como as coisas todas estão interligadas, porque fomos educados assim, em uma educação cartesiana, bem divididinha em caixinhas. Temos todas as disciplinas, uma dividida da outra e não percebemos a conexão entre elas.

Quando se usa o alimento como fio condutor da Educação, você permite que a criança tenha a visibilidade de todos os processos e de como as disciplinas e temas estão interconectados e são sistêmicos. Ela consegue ter essa visão ao ter uma Educação Alimentar e Nutricional. Defendo que essa Educação ocorra em todas as escolas de forma perene, desde a primeira infância, e que ela vá acompanhando o currículo. Ela não precisa começar e simplesmente parar, ela pode acompanhar a criança até o Ensino Médio, porque isso dá autonomia.

A criança sai [da escola] autônoma, aprendendo a cozinhar, sai uma cidadã que consegue fazer as suas próprias escolhas, interconectar tudo e entender que uma decisão tomada no momento de se

alimentar ou de fazer uma compra tem a ver com a desertificação, com algum evento climático extremo que possa estar ocorrendo.

Como envolver todo mundo? Essa é a questão, porque acho que ainda não está claro quem é que deveria levar essa Educação Alimentar para o chão da escola, e eu acho que é [papel de] todo mundo.

Temos as nutricionistas dentro das escolas e dentro das Secretarias Municipais de Educação, mas que já tem muito trabalho, porque elas fazem o pedido de compras, pensam no cardápio, ajudam nessa formação desses educadores. É muita coisa para poucas profissionais – elas podem auxiliar, mas acho que não é um trabalho só para elas. Um professor tem todo o poder de levar [a Educação Alimentar] para dentro da sala de aula, mas ele precisa de formação para isso, porque ele não se formou na Faculdade de Nutrição, então não tem esse entendimento.

A nutricionista não tem [curso de] Pedagogia e o professor não tem esse entendimento sobre Educação Alimentar. Acho que precisa de formação e junção de todos eles, assim como para as cozinheiras escolares e também envolver as famílias. Essa educação [alimentar] pode extrapolar os muros das escolas.

Quando fazemos a Educação Alimentar com crianças, muitas vezes eu ouço dos pais: “Nossa, o que vocês estão falando para o meu filho que agora ele não quer mais tomar leite com achocolatado?”. Por exemplo, ele está preferindo tomar um leite batido com uma fruta. Porque ele começa a entender o que é um produto ultraprocessado, o mal que o açúcar faz, e ele começa a mudar os

hábitos alimentares das famílias. A criança ajuda a fazer isso nas próprias casas.

Outro exemplo: “Não posso mais comprar leite de coco de garrafinha? Meu filho falou que é muito fácil a gente fazer leite de coco em casa. Onde acho coco para comprar in natura?”.

Começam a vir essas perguntas dos familiares e é muito interessante, porque aí você muda, de fato, a sociedade. A forma como ela compra e produz o próprio alimento. Isso vai criando soberania e segurança alimentar em várias instâncias. Você transforma mesmo o meio em que se está.

NATALY SIMÕES_As crianças acabam fazendo uma revolução dentro das casas delas, né? Que bacana.

ARIELA DOCTORS_É um trabalho de formiguinha, porque, na realidade, lidamos com poderes gigantescos, né? A indústria do alimento, a indústria da publicidade. Não é uma coisa simples e fácil de se fazer, mas, por meio da Educação Alimentar, podemos transformar toda uma sociedade.

Não é um projeto imediatista, não vai fazer com que a fome suma do mundo de uma hora para outra. Ele não é um projeto assistencialista, é de médio e longo prazo, mas que pode mudar de fato a vida da humanidade e dos outros seres que convivem aqui dentro desse nosso planetinha. Acho que é muito importante e urgente olhar para essa Educação Alimentar dentro das escolas com mais seriedade.

NATALY SIMÕES_ Como iniciativas a exemplo do projeto Cozinhas e Infâncias podem contribuir para a Justiça Climática?

ARIELA DOCTORS_ A Justiça Climática está muito relacionada à acessibilidade da alimentação adequada e saudável. O que quero dizer com isso? Não basta só educar essas crianças, mas é preciso promover o acesso para toda a população à alimentação adequada e saudável.

Muitas vezes você sabe que é mais importante para si e para o meio ambiente comer um alimento in natura ou minimamente processado, mas você não tem acesso. Às vezes, você não tem um acesso geográfico àquele alimento porque você vive numa periferia, que é um deserto alimentar, onde não tem alimentos in natura para vender, ou é um pântano alimentar, que é pior ainda, que só tem alimentos ultraprocessados para se vender a cada esquina.

Você precisa ter acesso ao dinheiro para poder comprar esses alimentos, então é preciso uma renda mínima básica que dê acesso a essa alimentação minimamente processada. É preciso acesso a utensílios, é preciso ter casa, fogão, panelas. É preciso ter acesso também ao conhecimento e saber fazer uma comida.

Quando você promove a Educação Alimentar, você não só discute todos esses temas como também ensina [a cozinhar]. É uma coisa muito lúdica cozinhar junto com as crianças. Antigamente se falava que cozinha não é lugar de criança. No Instituto, temos um mote: “Por mais infâncias nas cozinhas”. Queremos, sim, levar a criança para dentro da cozinha. [Com isso] ela vai adquirindo autonomia, liberdade, conhecimento. Uma criança com supervisão,

obviamente, pode utilizar uma faca, inclusive, ela vai adquirindo motricidade mais fina. [Com] uma faca de ponta arredondada, ela pode cortar, picar, ralar, misturar. Dependendo da faixa etária, você promove algumas coisas pra ela fazer dentro da cozinha, ganhando autonomia e conhecimento. Aí, ela vai poder utilizar isso para fazer o seu próprio alimento e ajudar a família. Precisamos, ainda, ter acesso ao tempo.

Muitas mães profissionais, donas de casa, que normalmente são as provedoras da alimentação dentro das casas, não conseguem ter tempo para fazer essa alimentação adequada. Com todos esses acessos, ainda assim você precisa poder acessar conhecimento de como se programar, de como fazer um feijão durar 15 dias, de como dividir em porções aquele alimento para você poder ter no dia-a-dia uma facilitação.

Tudo isso depende de uma série de acessos e está aí o desafio posto. O desafio é muito grande, são várias pessoas, organizações e governos colaborando para chegar nesse lugar de sonho, que seria acesso para todas as pessoas a um alimento justo, adequado, saudável. Isso tudo promoveria também a Justiça Climática.

NATALY SIMÕES_ O que falta para a Justiça Alimentar ser reconhecida como estratégia essencial para o combate da Crise Climática? Já temos o PNAE, mas o que falta?

ARIELA DOCTORS_ O que falta sempre é vontade política. Depende de quem está no governo e, além de tudo, todas as burocracias que existem são obstáculos. O Instituto Comida e Cultura surgiu como

uma organização da sociedade civil para tentar justamente ampliar essa consciência alimentar desde a primeira infância, por meio dessa Educação emancipatória, e para promover esses sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Criamos essa metodologia, que é o Cozinhas e Infâncias, que está se mostrando, por meio de resultados muito interessantes em vários municípios do Brasil, um aumento no nível de conhecimento dessas educadoras, para que elas possam passar para as crianças, sobre uma Educação Alimentar saudável.

Conhecimento sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira, sobre a questão do processamento dos alimentos, utilização de agrotóxicos, o descarte, uma série de temáticas. Mas, para além disso, o que vemos de efetivo é auxiliar, dentro dos municípios. Procuramos fazer sempre uma parceria da organização da sociedade civil com governos, por meio de acordo de cooperação técnica com as Secretarias Municipais de Educação. [Com isso] conseguimos acessar mais educadores para promover essa formação. A Academia pode avaliar essas formações e ter resultados para demonstrar como isso pode ser uma política pública capaz de avançar na execução da Educação Alimentar e Nutricional como prevê a Lei 13.666 (2008).

Ou seja, a lei está aí, mas precisa ser cumprida. Se temos esse alinhamento entre os vários atores, conseguimos levar isso para mais municípios do Brasil e, com isso, mudar as realidades dos territórios. Não só [a realidade] alimentar e nutricional, mas também as realidades climáticas desses mesmos territórios.

RACISMO AMBIENTAL, COP30 E OS IMPACTOS DESIGUAIS DA CRISE CLIMÁTICA

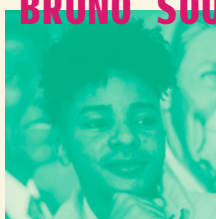
#7

Os impactos da crise no clima são sentidos de maneira desigual, com os efeitos adversos atingindo principalmente as populações negras, indígenas e periféricas.

A conversa a seguir⁴² explora essa desigualdade no contexto da COP30 no Brasil, abordando também a questão do Racismo Ambiental e a força dos movimentos negros, comunitários e juvenis.

⁴² A entrevista foi realizada em 10.06.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.

BRUNO SOUZA



— Bruno Souza Araújo, ou Bruninho, como prefere ser chamado, atua na área social em São Paulo (SP), com foco em desenvolvimento comunitário, acesso ao livro e à leitura e Educação Antirracista. Pedagogo, possui formação em Direitos Humanos pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) e integra a rede de Jovens Transformadores pela Democracia da Ashoka. Trabalha junto aos jovens para promover o protagonismo e a liderança da juventude preta e periférica. Como cofundador do coletivo Encrespades, dedica-se à formação de professores e jovens para disseminar uma Educação Antirracista.

NATALY SIMÕES_ De que maneira as agendas de acesso à Literatura, Educação Antirracista e Justiça Climática se integram à atuação do Coletivo Encrespades⁴³?

BRUNO SOUZA_ Em primeiro lugar, é importante – quando pensamos em pautas de Educação e Justiça Climática – considerar que é impossível discutir qualquer questão no Brasil se as reflexões não passam pelas questões raciais.

Quando olhamos para a História, tivemos mais de 300 anos de processo de escravização. Não é possível conversar sobre qualquer coisa nesse país se as questões éticas e raciais não forem um pilar.

Para nós, enquanto IBEAC⁴⁴ e Coletivo Encrespades, essas são dimensões interdependentes na formação crítica de crianças, jovens e adultos.

A Literatura é um ponto de partida. Colocar livros na mão de crianças e jovens em vez de ferramentas de trabalho é [dar] a possibilidade de que elas encontrem palavras para descrever as desigualdades que enfrentam, mas, principalmente, para descrever o mundo que querem viver.

43 O Coletivo Encrespades (ou encrespades@s) nasceu em 2015 com o propósito de promover uma Educação Inclusiva e alicerçada no combate ao racismo.

44 O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) é uma organização social do território de Parelheiros, em São Paulo (SP). Desde 1981, produz informações que auxiliam a gestão de territórios pelo Brasil e atua em diferentes linhas de acesso aos Direitos Humanos.

Pensar Literatura, Educação e Justiça Climática são dimensões interseccionais e interdependentes. É olhar para como todos esses lugares de nossas vidas vão fazendo com que determinados corpos, gêneros, raças e características se movam de diferentes formas na sociedade.

Olhamos para essas dimensões como se fossem um grande emaranhado, que se cruzam e vão ajudando a criar possibilidades, caminhos e novas perguntas para os desafios sociais que enfrentamos hoje.

Olhamos para esse lugar da Educação, Literatura e Justiça Climática como esse emaranhado de conceitos e possibilidades para ir construindo caminhos possíveis para as juventudes, sobretudo as periféricas.

NATALY SIMÕES_ Ainda sobre o Coletivo Encrespades, vocês realizaram o curso “Encrespando o Clima”, voltado para educadores e estudantes da rede municipal de São Paulo (SP), na região de Parelheiros, no extremo sul da capital. Como foi a experiência do curso? Na sua opinião, como as mudanças climáticas engajam a população mais jovem?

BRUNO SOUZA_ Percebemos, nas práticas do coletivo Encrespades, o desenvolvimento de metodologias pensando nas questões raciais, juventudes, infâncias, férias e formação para gestores de instituições.

Percebemos que estava em voga na mídia a questão de Justiça Climática e das mudanças climáticas, tema fundamental a ser

discutido, mas percebemos também que as pessoas que estavam evocando a Justiça Climática não necessariamente tinham experiências parecidas com as nossas.

Isso é uma questão: é ótimo que todo mundo se engaje, mas percebemos conceitos, palavras e realidades que não se conectam com a realidade periférica.

É muito importante também, quando pensamos em Justiça Climática, discutir e olhar para a Justiça Social. Em um país onde ainda dados que nos fazem refletir sobre corpos negros e juventudes, onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, acreditamos que a Justiça Climática, as pautas de clima e meio ambiente, também precisam perpassar essa discussão racial.

Quando olhamos para essas dimensões das desigualdades que existem no nosso país, coloca-se a Injustiça Climática. Sabemos quais são os corpos mais vulnerabilizados e impactados por essa questão.

O Encrespando o Clima aconteceu em parceria com outro projeto ali na Ilha do Bororé, aqui no extremo sul de São Paulo, na região do Grajaú, com a Casa Ecoativa, onde ouvimos a comunidade – crianças, jovens e educadores – para entender quais eram as percepções e como eles sentiam esse impacto real ali no chão do seu território e do seu bairro.

A ideia era mapear, perceber e nos orientar sobre como a Justiça Climática pode ser traduzida em uma linguagem, mas, principalmente, em práticas que contribuam para responder às desigualdades que a população negra e periférica enfrenta no seu cotidiano. Ou melhor, no seu “cotidiano”, porque esse sufixo “-ano”

dá a impressão que é de ano em ano, quando as mudanças climáticas nos impactam diariamente.

Então, foi um exercício e um percurso, de ir percebendo como essas mudanças, essas injustiças e esses obstáculos nos impactavam no nosso “cotidiano”. E como esse mapeamento, como essa escuta ativa, como um espaço democrático e afetivo poderia construir respostas coletivas para esses desafios.

NATALY SIMÕES_ Qual a importância de debater as mudanças climáticas a partir dessa perspectiva racial? E como o Racismo Ambiental se materializa? Ou seja, quais os exemplos dele em territórios periféricos onde a maioria da população é negra?

BRUNO SOUZA_ Se olharmos para as questões raciais, quando pensamos em mudanças climáticas, precisamos do que os dados contam para nós. Primeiro, eles contam que as populações negras – e é importante também considerar dentro desse recorte há diversidades. O que os dados nos informam é que a população negra vive mais a vulnerabilidade das mudanças do clima e é mais suscetível aos desastres climáticos.

Assim, vamos olhar que favelas, regiões periféricas, territórios à margem da cidade, sofrem mais com enchentes, em períodos de chuvas por exemplo, por conta da questão da infraestrutura.

Se olharmos para esse mesmo dado, [ele] vai dizer que a população negra está mais vulnerável quando pensamos, por exemplo, na exposição de doenças transmitidas por questões de água e ação de mosquito.

Então, pessoas negras estão mais vulneráveis a pegar dengue do que outros grupos sociais. Um terceiro dado também traz esse lugar do acesso desigual a serviços básicos. Se pensarmos, por exemplo, em espaços de acesso à cultura, os grandes centros urbanos ou o centro da cidade concentram o maior número de museus, teatros, cinemas e programações culturais.

Todos esses dados vão nos informando que, para pensar a Justiça Climática e Social, é preciso olhar pela ótica do Racismo Ambiental. [Isto é] que existe um grupo, uma população que hoje é a maior do nosso país, que está mais vulnerável às mudanças climáticas do que outros grupos por conta de todo o contexto histórico, racial, social que foi construído no Brasil.

Olhar para essas discussões a partir dessa lógica do Racismo Ambiental é considerar que esse grupo, essas pessoas, precisam participar da elaboração de políticas públicas, informar também a sua realidade e os desafios que enfrentam, e que possam ser convocadas para, cada vez mais, ir participando da transformação que queremos ver em nossa sociedade.

E que as outras pessoas, os nossos líderes que ocupam espaços de decisão, precisam também construir um olhar mais empático, acessível, afetuoso, mas, principalmente, um olhar que se responsabilize também pelo Racismo Ambiental, pensando como podemos construir uma sociedade mais justa e democrática para todo mundo.

NATALY SIMÕES_Quais são os principais desafios para engajar as crianças e os jovens na luta pela Justiça Climática?

BRUNO SOUZA Temos muitos desafios quando pensamos em engajar jovens e crianças. O primeiro deles é que precisamos alargar essa concepção sobre juventudes. Quando discutimos infâncias, adolescências e juventudes, temos que sempre pensar na pluralidade e na diversidade. Porque é muito diferente ser um jovem que mora na região do centro da cidade de São Paulo, Faria Lima, Pinheiros, e ser jovem que mora no Grajaú e Parelheiros.

É muito diferente ser jovem morando numa grande capital e ser um jovem quilombola ou ribeirinho, que mora na região da Amazônia. Então, considerar essa pluralidade e diversidade, e, melhor, [considerar] essas diferenças de existências, é um jeito de nos convocar a deslocar o nosso olhar para construir políticas públicas e respostas que realmente respondam aos desafios locais desses territórios e dessas múltiplas diferenças e diversidades.

Porque o problema não é ser diferente, o problema é a desigualdade. Então, precisamos construir respostas para enfrentar a desigualdade e valorizar essas diferenças. Acho que esse é um dos desafios.

Um segundo desafio que [foi apontado] em conversa com outros jovens e ativistas é o financiamento. Percebemos que essa pauta está em voga, em grande crescente. Vamos receber já já a COP30 em Belém (PA)⁴⁵, que tem mobilizado comunicadores, ativistas, organizações sociais e empresas.

45 A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP30 acontece em Belém (PA) entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025. Já a Cúpula da COP acontece nos dias 6 e 7 de novembro na capital do Pará.

No entanto, percebemos que ainda tem chegado poucos recursos na mão de grupos minoritários que estão no território sendo impactados diretamente pelas mudanças climáticas. Então, coletivos, populações quilombolas e indígenas ainda recebem pouco investimento, recurso e financiamento para realizar as suas ações de enfrentamento às mudanças climáticas e os seus projetos.

Se eu pudesse elencar dois grandes desafios neste momento que tenho percebido quando olho para as notícias ou conversando com outras pessoas, acho que citaria esses dois pontos.

NATALY SIMÕES_ Você comentou sobre o financiamento e isso me lembrou que um dos desafios que os movimentos sociais e as juventudes têm enfrentado diz respeito à hospedagem lá na cidade-sede da COP30. Os relatos são de valores absurdos e que dificultam e acabam tornando um evento que deveria ser plural, um pouco mais elitista.

BRUNO SOUZA_ Quando olhamos para essa questão do Racismo Ambiental e cruzamos raça, classe e gênero, percebemos quem são as pessoas que acessam esses espaços tão importantes para a decisão e reflexão sobre pautas essenciais. Não é todo mundo, não são todas as organizações que têm dinheiro para mandar representações para a COP30 por conta dos valores exorbitantes cobrados, por exemplo, na hospedagem.

Isso nos ajuda a informar quais são os tipos de narrativa ocupando esses espaços de decisões. É um super desafio, em novembro acontece a COP e eu tenho visto poucas respostas para essa

denúncia que os movimentos negros sociais já estão fazendo desde o anúncio de que a COP seria no Brasil.

NATALY SIMÕES_ O IBEAC tem feito uma campanha contra o Racismo Ambiental em São Paulo (SP): vai plantar 10.639 árvores no território de Parelheiros. O número faz referência à lei de obrigatoriedade do Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. É uma legislação que já existe há duas décadas, mas várias pesquisas revelam as dificuldades de sua implementação. Como surgiu a ideia e como a ação tem mobilizado os moradores de Parelheiros?

BRUNO SOUZA_ O IBEAC é uma organização social que existe há mais de 40 anos e há mais de 10 investe suas tecnologias sociais no território de Parelheiros.

Começamos a realizar atividades [no território] e a partir do universo da Literatura, criamos a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura. Ela ficava num lugar muito inusitado: o primeiro cemitério da cidade de São Paulo, num bairro chamado Colônia. Com o tempo, durante a pandemia, como era o espaço com contrato de comodato, ou seja, emprestado, o cemitério pediu de volta.

Na época, tínhamos um acervo de cerca de sete mil livros e começamos a nos perguntar onde ficaria esse acervo. Chegamos no consenso que, em uma comunidade que ainda enfrenta desafios básicos – como acesso à água, comida, trabalho e Educação – não poderíamos criar mais um obstáculo para que essas pessoas acesassem o universo cultural e literário.

Com um grupo de mulheres lá do território, confeccionamos 500 bolsas de pano e criamos a campanha “Eu Guardo, Eu Aguardo a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura”. As moradoras e moradores ficaram com essas bolsas, que tinham 10 títulos literários cada, até a gente ressurgir, renascer e ir para outro espaço.

Durante esse processo, em parceria, realizamos muitas atividades com uma cooperativa familiar da região que se chama Cooperapas⁴⁶, descobrimos um terreno que seria doado para uma organização social, porque tinha se tornado uma área de proteção ambiental e ecoturismo, na gestão Fernando Haddad⁴⁷.

A Cooperapas recebe a doação desse terreno e doa 10% dele para o IBEAC. Só que nesse terreno haviam plantado pinus, pinheiros, uma vegetação invasora, que não é nativa [do bioma Mata Atlântica].

Esses pinhos foram retirados e fizemos um Termo de Compensação Ambiental (TCA). O TCA pedia um número menor de árvores, mas resolvemos plantar 10.639 árvores e estamos chamando de plantio antirracista⁴⁸.

A região de Parelheiros é conhecida como Mata Atlântica Paulista, além de ser a maior produtora de comida orgânica de São

46 Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) foi fundada em 2011 e é a única cooperativa de agricultores da capital.

47 A gestão de Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo aconteceu entre 2013 e 2016.

48 Saiba mais sobre a iniciativa na reportagem [“Ação antirracista vai reflorestar Parelheiros com 10.639 árvores”](#) do Educação e Território.

Paulo (SP) e de grande parte da água que a capital bebe. Em dias muito quentes, o território também ajuda a resfriar a cidade. Apesar de tudo isso, as pessoas, a cidade e os líderes olham para Parelheiros como um lugar à margem, esquecido.

Então, usamos esse lugar da Literatura, das palavras, para recontar essa história a partir de uma lógica de abundância. Esse plantio antirracista é um jeito de convocar a olharmos para Parelheiros como a potência que é.

Como um lugar que preserva suas comunidades indígenas e o que sobrou da Mata Atlântica. Então, é um chamado para valorizar o que temos de melhor. A cidade de São Paulo pode ser lembrada também, para além de um centro econômico da Avenida Paulista e da Faria Lima, como uma referência no cuidado com a Mata Atlântica e com seus povos originários. Acreditamos que podemos ser essa referência. O plantio antirracista é um chamado e uma convocação para que todos e todas se envolvam nesse processo.

NATALY SIMÕES_O plantio já começou, certo?

BRUNO SOUSZ_Sim, começou no Dia Mundial do Meio Ambiente⁴⁹. Fizemos nosso primeiro encontro e plantamos mil árvores e teremos outros momentos até agosto. Estamos nos organizando e esperamos plantar as 10.639 árvores. Vamos divulgando em nossas redes sociais as datas dos mutirões de plantio. Esperamos todos

49 Dia Mundial do Meio Ambiental é comemorado em 05 de junho. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971.

lá, para colocar a mão na terra, pegar a mudinha e se conectar com essa história tão transformadora.

NATALY SIMÕES_ Voltando para a questão da COP30, há um fato que ilustra bem a nossa conversa hoje, que é a Primeira Carta⁵⁰ enviada pelo presidente da COP, o embaixador André Corrêa do Lago, no dia 10 de março, para 197 países, na qual ele listou alguns dos desafios da conferência.

Organizações do movimento negro cobraram a inclusão do Racismo Ambiental na pauta e acusam a presidência de ignorar o termo, assim como ocorreu em edições anteriores.

Na sua opinião, por que muitas autoridades ainda ignoram o Racismo Ambiental? Qual é a importância de levar essa discussão para a COP, em especial nessa edição realizada em um território também que sente muito os efeitos do Racismo Ambiental no dia a dia?

BRUNO SOUZA_ Em primeiro lugar, as autoridades não consideram o que o movimento negro diz historicamente, porque as lideranças e autoridades não são pessoas parecidas conosco. Infelizmente, ainda não são pessoas negras.

50 Leia [a íntegra](#) da Primeira Carta do Embaixador André Corrêa do Lago.

Isso nos convoca à reflexão de Cida Bento, o pacto narcísico do branco⁵¹. Então, é fundamental repensar e redesenhar esses modelos de lideranças desses grandes blocos de decisões.

Já falamos e levantamos dados que reforçam o quão fundamental é pensar as questões de Racismo Ambiental na COP30, que acontece aqui no Brasil, cuja maioria da população é afrodescendente, que inclusive é um termo que nem foi citado na Carta.

Outra coisa importante de se considerar na reflexão que o movimento negro vem trazendo é como esses outros países também têm uma responsabilidade por conta da exploração colonial. Quando olhamos para a história do nosso país e de outros que foram colonizados, [vemos] que [esses países] sofrem com as desigualdades sociais e são fortemente impactados pelas mudanças climáticas.

Então, não considerar o termo Racismo Ambiental, não olhar para a população negra e afrodescendente é desconsiderar não só todo o histórico do movimento negro, mas toda a história da humanidade.

É fundamental que as lideranças que estão construindo as propostas e as diretrizes da COP30 criem, cada vez mais, espaços de escutas da população brasileira. Mais especificamente, [espaços de escuta] da população do território de Belém, das populações

51 O pacto narcísico da branquitude é um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. O fenômeno foi identificado pela cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), Cida Bento, e está descrito no livro O Pacto da Branquitude.

periféricas e indígenas, para construir uma COP que reflita nossa identidade nacional, mas que também possibilite respostas reais para os desafios urgentes e complexos que surgem a cada dia.

NATALY SIMÕES_ Você faz parte de uma articulação de jovens que querem construir uma COP mais diversa, capaz de pautar as realidades das populações negras e periféricas. Como tem sido essa mobilização e qual é a sua expectativa para a conferência?

BRUNO SOUZA_ No Encrespades, estamos em diálogos iniciais com grupos e coletivos, nos envolvendo mais profundamente agora. Mas é esse desafio de hospedagem, que está caríssimo. Conseguimos, por exemplo, parte do financiamento para a locomoção, para as passagens de ida e volta, mas ainda não conseguimos hospedagem e credenciamento. Então, temos conversado com outros grupos e movimentos juvenis para tentar pensar como somar uma ida em bloco, para participar de programações paralelas, mas tem sido desafiador.

Claro, almejamos mandar uma representação do nosso coletivo para participar da programação principal, mas estamos muito interessados em experienciar diálogos com coletivos, movimentos e organizações que estão construindo programações paralelas [à COP30], para ouvir as pessoas que estão no território, sentindo os impactos e se mobilizando para transformar realidades.

Pensando em termos econômicos, tem sido uma COP cara para pessoas que vêm das margens. Pensando em todos esses custos e na falta de processos para democratizar o acesso considerando

raça, classe e gênero, vamos repetir o que temos visto historicamente em espaços de decisões e de poder: homens brancos e mais velhos decidindo por toda uma diversidade de corpos, histórias e realidades.

Temos a oportunidade de começar a transformar e redesenhar essa História e eu acho precisamos fazer alguma coisa. Nós que estamos no movimento negro, nos movimentos juvenis, o pessoal que está nas margens tem se movimentado. Agora, quem está lá e que têm poder de transformar as coisas também precisa fazer. Acho que essa também é uma convocação para construirmos uma COP30 que seja espelho da realidade das pessoas mais impactadas pelas mudanças climáticas.

Tem sido bem desafiador, mas, ao mesmo tempo, encontramos muita gente potente, bacana, que tem discutido a partir desses lugares. Como Mateus Fernandes e Amanda Costa⁵², que têm feito movimentos muito importantes de convocar para discutir Racismo Ambiental e Justiça Climática.

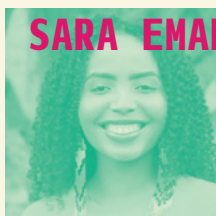
52 Amanda da Cruz Costa é ativista climática e jovem embaixadora da ONU. Mateus Fernandes é ativista climático e comunicador.

MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DAS JUVENTUDES FRENTE À CRISE CLIMÁTICA

#7

_____ As juventudes estão na linha de frente do enfrentamento à Crise Climática no mundo todo. A participação das juventudes nas discussões sobre as mudanças climáticas é o centro da entrevista a seguir⁵³.

53 A entrevista foi realizada em 04.08.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.



SARA EMANUELLY

— Sara Emanuelly é mulher preta, maranhense, de origem quilombola, liderança jovem, amazônida e periférica, residente em São Luís (MA). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), é pesquisadora e ativista socioambiental e climática. Atualmente, é coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas (GT Clima) e da Delegação para a COP30 do Engajamundo, além de integrar o time da Matricial Jurídica e Organismos Internacionais do Instituto Alana.

NATALY SIMÕES_ O seu trabalho concentra-se na mobilização juvenil e no advocacy por políticas climáticas inclusivas, com foco nas temáticas de Direitos Humanos, Racismo Ambiental e Justiça Climática. O que motivou o seu interesse por esses temas? Houve alguma experiência no seu território que despertasse esse engajamento?

SARA EMANUELLY_ Sempre digo que não escolhi ser ativista. Falando de uma pessoa que já nasce em espaços e ambientes de luta, já coexistimos ali com essa missão de existir e sobreviver em uma sociedade extremamente racista e estruturalmente opressora. Além disso, carrego nas minhas veias um sangue de luta e de resistência. Eu sempre falo: não escolhi ser ativista, não escolhi estar nessa luta. Já nasci dentro desse espaço e ambiente de luta.

E, óbvio, falando da minha realidade, cresci em espaços marcados por ausências de políticas públicas, de Justiça Ambiental e de uma série de coisas. E, ao mesmo tempo, [cresci] em um lugar marcado fortemente pela minha ancestralidade, criada por três mulheres muito fortes e guerreiras.

Essa luta e resistência sempre fez parte da minha vida. Desde muito nova, sempre me engajei muito, principalmente na pauta racial, que é onde começo essa trajetória ainda no ambiente escolar. Com o passar dos anos, fui afetada diretamente pelos efeitos da Crise Climática . E passei a compreender o quanto o meio ambiente e o clima fazem parte da nossa vida.

É a nossa vida, porque, muitas das vezes, nos desconectamos e achamos que o meio ambiente e as pessoas são duas coisas que não se conectam. Mas é totalmente ao contrário: as pessoas fazem parte também do meio ambiente. Percebemos o quanto as mudanças climáticas têm afetado nossa vida e nossos corpos. A partir disso, fui criando essa percepção.

No meio do caminho, também conheci uma das minhas grandes referências, que é a Karina Penha⁵⁴. Ela me aproximou desse lugar de luta e de reivindicação da Justiça Climática.

Falando de um contexto muito representativo, o meu engajamento não é uma escolha individual. É uma escolha coletiva, que fala sobre o meu povo, meu território e minhas vivências.

NATALY SIMÕES_ No Brasil, de acordo com O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 40 milhões de crianças estão expostas aos impactos da Crise Climática, ainda que não sejam as responsáveis pelos efeitos das mudanças climáticas. Em todo o mundo, 1 bilhão de crianças, metade da população infantil mundial, vive em países classificados como de risco extremamente alto. Ou seja, estão altamente expostas aos perigos e estresses climáticos e ambientais. Há também uma estimativa de que até 2030, as mudanças climáticas poderão causar 95 mil mortes de crianças menores de cinco anos a cada ano.

54 Karina Penha é maranhense, bióloga, educadora, socioambientalista e ativista pela Justiça Climática. É Diretora do PerifaConnection e Articuladora na Organização de Jovens Engajamundo, onde coordenou o Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e três delegações de jovens nas Conferências de Clima da ONU.

Diante desse cenário, como você avalia a importância da participação das juventudes brasileiras nessas discussões? Quais são os principais obstáculos para que essas vozes, como a sua e de outros jovens, sejam ouvidas?

SARA EMANUELLY_ A participação das juventudes brasileiras, especificamente na temática ambiental, tem sido marcada por muita coragem, criatividade e um senso profundo de urgência.

Falando de todo o país, jovens, crianças e adolescentes têm se organizado e ocupado esses espaços institucionais, mobilizando redes, reivindicando Justiça Climática e Direitos Humanos e também trazendo propostas concretas e leitura crítica a partir dos territórios. Acredito que isso não é por acaso: cotidianamente, observamos que as consequências são mais perversas nos nossos territórios, e, especificamente, nesses contextos marcados por desigualdade social, pelo Racismo Ambiental e pelo abandono histórico de políticas públicas.

Ao mesmo tempo em que os obstáculos são muito profundos, acredito que há um adultocentrismo estrutural que ainda subestima a capacidade política, técnica e propositiva das juventudes. Sobretudo, das juventudes negras, periféricas, camponesas e indígenas. Mas a participação juvenil, muitas das vezes, é tolerada, vista apenas como uma questão simbólica e descolada, de fato, dos espaços reais de tomada de decisão.

Então, outro desafio central é a desigualdade nos acessos à informação, recursos, formação e oportunidades, agravada por um

sistema educacional que ainda não incorpora de maneira transversal a Educação Climática e os Direitos Humanos.

Além disso, vivemos um contexto de muitos retrocessos institucionais e de ataques sistemáticos à participação social, especificamente, da juventude.

Mas acredito que a juventude não é o futuro: ela é o presente, o agora e precisa ser considerada nesses espaços de tomada de decisão, em que estão discutindo a nossa vida.

NATALY SIMÕES_ Ainda sobre esse tema, quais são os maiores desafios enfrentados pelas juventudes em meio à falta de ação das lideranças brasileiras e globais para proteger as crianças e os adolescentes dos efeitos da Crise Climática ?

SARA EMANUELLY_ O maior desafio tem sido resistir ao sentimento de frustração diante dessa negligência deliberada, diante do que chamamos de negacionismo climático. Mesmo diante de evidências científicas e apelos sociais, os tomadores de decisão, legisladores e negociadores, seguem priorizando interesses econômicos em detrimento da vida.

Ou seja, a prioridade é sempre o lucro, o capital. Para quem é jovem e ativista, é doloroso ver que as nossas vozes, principalmente as mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, continuam sendo invisibilizadas nessas decisões que comprometem tanto o nosso presente quanto o nosso futuro.

O tempo está se esgotando e, ainda assim, há uma recusa em agir, uma negação da Crise Climática . Essa exclusão é ainda mais

grave porque fere compromissos legais que o Brasil tem assumido, inclusive compromissos internacionais.

Além disso, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, garantem expressamente o direito das crianças e adolescentes de serem ouvidos e considerados. E isso inclui, sem dúvida, as decisões que referem-se à Crise Climática, uma ameaça que atinge diretamente o Direito à Vida, à Saúde, à Educação e ao Meio Ambiente Saudável, previsto na nossa Constituição Federal como um direito fundamental.

Nosso desafio é continuar aqui resistindo, articulando, mobilizando e exigindo a responsabilidade dos tomadores de decisão para que não siga-se agindo como se houvesse um planeta Terra B.

NATALY SIMÕES _ O Brasil vai receber, em Belém (PA), a COP30⁵⁵. O Engajamundo⁵⁶ é uma das organizações que devem acompanhar a conferência. Como tem sido feita essa articulação do Engajamundo para participar da COP e qual é a sua expectativa para o evento diplomático?

55 A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP30 acontece em Belém (PA) entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025. Já a Cúpula da COP acontece nos dias 6 e 7 de novembro na capital do Pará.

56 O Engajamundo nasceu em 2012, após a participação de um grupo de jovens na Conferência da ONU em Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Trata-se de uma organização da sociedade civil liderada e dirigida para as juventudes.

SARA EMANUELLY_ O Engajamundo está se articulando há quase dois anos no contexto COP30. Estamos construindo essa estratégia a partir de uma vivência local, nacional e internacional. Quando falo de vivência local, cito o núcleo local do Engajamundo em Belém, nosso núcleo local no Pará, que tem feito bastante dessa articulação.

Já no âmbito internacional, temos a articulação geral da rede do Engajamundo, uma rede diversa, composta por pessoas de todas as regiões do Brasil. No âmbito internacional, temos dialogado com a América Latina.

O Engajamundo tem feito essa articulação transversal com as juventudes brasileiras, internacionais e locais que estão ali em Belém.

Temos construído estratégias e estamos atuando em três frentes que já fazem parte do escopo do Engajamundo: ativismo de alto impacto, comunicação e advocacy. Nosso objetivo, a partir da COP30, é conseguir fazer uma mobilização territorial.

Na minha expectativa, sabemos que as COPs nem sempre entregam compromissos reais para a sociedade. Mas acredito que a COP no Brasil é um momento histórico, uma oportunidade gigante para mostrar e para as pessoas verem com seus próprios olhos muito da realidade brasileira e amazônica, cujas vozes têm sido ignoradas há séculos.

A COP30 marca 10 anos do Acordo de Paris⁵⁷. Apesar da minha visão crítica sobre a falta de entrega de compromissos reais e práticos, temos expectativa de sair da COP30 com precedentes, ações concretas e ações reais. E também de que os países se comprometam realmente com a Crise Climática, no sentido de frear as mudanças climáticas, porque sabemos que é urgente. Falamos isso há muito tempo e percebemos que, cada vez mais, o cenário se agrava. Então, temos a expectativa de um marco histórico para o mundo a respeito da mudança do clima.

Nesse sentido, o Engajamundo tem se articulado com ativistas e pessoas de todo o Brasil. Estamos levando uma delegação muito boa para Belém e estamos trabalhando nisso, como falei, há mais de dois anos, com base nos nossos posicionamentos, que são financiamento climático, transição justa e adaptação climática.

O Engajamundo vai estar atuando a partir dessas temáticas no contexto de COP30, tanto dentro quanto fora dos espaços oficiais.

Pensamos também que a articulação não acaba ali dentro dos espaços oficiais da COP, ela não se resume, por exemplo, à Blue Zone, que são os espaços em que acontecem as negociações oficiais. Essa nossa atuação pretende ser estendida para os espaços que são acessados pela sociedade civil e que consigamos integrar

57 O Acordo de Paris é um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países

signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês), durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). O acordo definiu medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020 e objetiva fortalecer a resposta à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança.

a população local e levantar esse alerta, esse despertar para a Crise Climática , trazendo essa conscientização.

Desde 2024, temos aplicado pelo Brasil inteiro uma formação chamada Democratizando a COP30, para justamente trazer essa conscientização para a sociedade do que são as doenças climáticas, do que é a Crise Climática , do que é uma COP, de qual a importância de uma COP para o nosso futuro e para o futuro do planeta.

Temos feito esse trabalho em escolas, universidades e comunidades com linguagem acessível, porque entendemos que esses espaços ainda são muito técnicos e, às vezes, de difícil tradução e compreensão.

NATALY SIMÕES_ Você pode dar um exemplo do que seria um ativismo de alto impacto e também da comunicação popular que o Engajamundo tem feito?

SARA EMANUELLY_ No contexto de comunicação popular, é conseguir acessar e dialogar com esses espaços e essas comunidades que não têm tanto acesso a essas decisões. O Engajamundo atua há mais de 10 anos e ocupa, enquanto uma organização brasileira de juventude, uma posição pioneira dentro desses espaços.

Fazemos essa ocupação e carregamos essa missão de conseguir atingir esse público. Para isso, temos realizado ações territoriais, formações dentro dos territórios e comunidades, encabeçadas pelos nossos articuladores nacionais.

Já o ativismo de alto impacto são ações que realmente chamam a atenção da sociedade, dos negociadores e de quem está ali naquele espaço.

Planejamos ações bem diferenciadas para que marquem, para trazer essa visibilidade maior para a Crise Climática e também para a forma como a juventude se entende como parte da solução.

NATALY SIMÕES_A pesquisa Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil⁵⁸, publicada em junho de 2025 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESP/PUC-RJ), ouviu 200 estudantes de 12 a 18 anos e questionou se eles participavam de algum movimento para diminuir o impacto negativo das mudanças climáticas.

O resultado chama bastante atenção, porque a maioria disseram que não, com apenas seis responderam que participam, mas concentrados no ambiente escolar. A pesquisa, portanto, dá a entender que não existem ações fora do âmbito escolar ou elas são muito escassas.

Na sua opinião, o que precisa ser feito para que as juventudes participem mais ativamente dessa luta por justiça climática no Brasil?

SARA EMANUELLY_Essa pesquisa é muito boa, acredito que ela confirma algo que já percebemos na prática: há vontade e sensibilidade entre as juventudes, mas faltam, muitas das vezes, espaços acessíveis, seguros e contínuos para participação.

58 Acesse todos os resultados da pesquisa no site especial [Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas](#).

Então, o problema não está especificamente nas juventudes, mas nas estruturas que não são feitas para nós. Essas estruturas não são feitas pensando nas juventudes, crianças e adolescentes.

E a Educação formal ainda trata a Crise Climática como um tema isolado, muitas das vezes técnico demais, ou sem conexão com a realidade, até mesmo desses próprios estudantes. Acredito também que faltam políticas públicas voltadas à formação ambiental de adolescentes e jovens, especialmente em territórios mais vulnerabilizados.

Além disso, no contexto também de dificuldade, o ativismo juvenil ainda é visto com desconfiança e é deslegitimado por setores mais conservadores, o que desestimula essa participação.

Mas eu acredito que precisamos, para garantir uma participação mais ativa nessa luta por Justiça Climática, criar mesmo condições reais de engajamento, desde incluir Justiça Climática, Educação Ambiental e Educação Antirracista no currículo escolar até garantir financiamento e apoio aos coletivos e organizações lideradas por jovens.

Então, precisamos de políticas públicas que assegurem a participação da juventude dentro desses espaços e não uma mera participação simbólica. Querendo ou não, já conseguimos, uma vez ou outra, ter espaço de fala ou momento de escuta, mas, para além dessa participação simbólica, faltam ações mais reais, concretas, capazes de considerar o que está sendo pautado e não simplesmente ouvir, mas entender a realidade, a vivência de quem está no território, daquelas pessoas mais afetadas diretamente pela Crise Climática .

Porque sabemos que a Crise Climática é uma crise desigual. Há territórios que são mais resilientes, que conseguem, de certa forma, sobreviver e atravessar melhor essa crise, mas sabemos também que há corpos e territórios que são mais impactados.

Então, precisamos garantir ações reais e formulação de políticas públicas, que considerem as crianças, adolescentes e jovens. É um direito fundamental. O Instituto Alana também vem atuando nesse sentido. De fato, é preciso considerar a forma como as crianças, adolescentes e jovens sofrem com a Crise Climática na formulação de políticas públicas.

NATALY SIMÕES_ Além das ações do EngajaMundo e do Instituto Alana, quais outras organizações ou projetos nessa temática ambiental, liderados por juventudes, você indicaria para quem quer conhecer mais sobre o trabalho desenvolvido pelas juventudes?

SARA EMANUELLY_ Felizmente, o Brasil tem sido um palco de mobilização juvenil muito potente, diversa e engajada, com iniciativas que articulam Direitos Humanos, Justiça Climática, Meio Ambiente e Gênero, isso no contexto mais geral.

Uma das experiências mais transformadoras na qual eu tive a honra de fazer parte é a LCOY Brasil, a Conferência Local da Juventude sobre Mudanças Climáticas.

Trata-se de um evento oficial da Constituinte de Juventude da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima [UNFCCC, na sigla em inglês]. É um espaço construído por jovens

e para jovens. A LCOY é a versão nacional da IYC, a Conferência Internacional de Juventude, que antecede a COP anualmente.

Tive a honra de coordenar, juntamente com outras jovens incríveis, a LCOY Brasil por dois anos consecutivos. É um espaço de construção coletiva, para fortalecer a juventude territorial e que realmente traz propostas para as negociações internacionais do clima.

A partir da LCOY, temos a Declaração da Juventude Brasileira, construída por jovens e difundida também no espaço da COP.

Destaco também o trabalho do PerifaConnection, que é uma rede de confluência, plataforma de comunicação e de articulação política que tem atuado nessa integração das juventudes periféricas do Brasil.

O PerifaConnection mobiliza a narrativa periférica com muita potência para racializar e descentralizar, principalmente, o debate ambiental, racial e sobre Direitos Humanos, a partir da vivência prática das juventudes periféricas, principalmente, no Brasil.

Por fim, destacaria também a Rede Amazônidas pelo Clima (RAC), articulação liderada por jovens da Amazônia Legal, que conecta experiência, ancestralidade e estratégias de enfrentamento à Crise Climática nos territórios mais afetados.

A RAC tem construído uma abordagem profundamente enraizada, de fato, na realidade amazônica, fortalecendo as vozes que estão historicamente invisibilizadas e silenciadas, propondo soluções baseadas nos saberes tradicionais, ancestrais, territoriais, comunitários e populares do nosso território.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA E COP30

#7

Com a realização da COP30 em Belém (PA), a Amazônia estará no centro das discussões climáticas em 2025. A conversa a seguir⁵⁹ centraliza-se na expectativa de participação dos povos e comunidades amazônicas no megaevento diplomático, bem como em projetos desenvolvidos pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS) em diferentes territórios da Amazônia.

59 A entrevista foi realizada em 20.08.2025 e editada para maior nitidez e concisão textual.



FABIANA CUNHA

— É Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela mesma instituição. Em 2017, concluiu o Doutorado pela UFAM. Atualmente é gerente do Programa de Educação para a Sustentabilidade na Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

NATALY SIMÕES_A Fundação Amazônia Sustentável atua pelo desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de seus programas e projetos nas áreas de Educação, Cidadania, Saúde e Bem-Estar, Sociobioeconomia e conservação ambiental, além da mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas. Um dos focos de atuação é o trabalho com os povos e as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Você pode detalhar um pouco mais sobre a atuação da Fundação Amazônia Sustentável?

FABIANA CUNHA_A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) foi criada em 2008. No início, atuamos em território de unidades de conservação no estado do Amazonas. Nesses territórios, trabalhávamos o empoderamento, a geração de renda e a melhoria da Educação. Ao longo dos anos, ampliamos esses territórios e ultrapassamos os limites do estado do Amazonas.

Atualmente, atuamos em mais de 700 comunidades, que são ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Atendemos com os projetos e iniciativas mais de 21 mil famílias, alcançando 60 mil pessoas.

Nossa atuação é estruturada em iniciativas e trabalhamos fortemente a questão da Educação, da qual eu estou como gerente do Programa de Educação para a Sustentabilidade.

Trabalhamos também a questão das melhorias nas comunidades, por meio do Programa de Prosperidade na Floresta. Outra atuação muito forte é no fortalecimento do empreendedorismo local, através do Programa de Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis na Amazônia.

NATALY SIMÕES_Quais ações e projetos contribuem especialmente para a agenda de Justiça Climática nos territórios?

FABIANA CUNHA_A questão da Justiça Climática é central, especialmente quando falamos de iniciativas que potencializam a conservação da floresta e enxergam as necessidades de concretização dos direitos sociais dos povos que vivem nos territórios.

Muitas das iniciativas da Fundação Amazônia Sustentável visam reconhecer as potencialidades desses territórios. São iniciativas das comunidades, incentivadas por meio do empreendedorismo sustentável, [observando] o que ali naquele território existe de vocação dessas comunidades, fazendo com que elas também tenham melhoria da qualidade de vida. Esse é um ponto fundamental.

Quando falamos sobre enxergar as populações e o modo de vida delas, também é necessário reconhecer algumas necessidades fundamentais. Um exemplo é o acesso à energia.

Assim, uma das iniciativas da Fundação Amazônia Sustentável são projetos que desenvolvem a energia solar em territórios onde sabemos que o acesso à energia, muitas vezes, se dá por meio de geradores, que funcionam de 4 a 6 horas por dia.

Acreditamos também que a melhoria da Educação, por meio de projetos complementares levados para esses territórios, têm papel fundamental para fortalecer os grupos que lá estão, sejam eles mulheres, crianças ou adolescentes, para que sejam protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Acho importante destacar que todas as iniciativas e os projetos partem dessa escuta desses territórios: é uma escuta ativa das populações que lá estão.

Aí, quando temos iniciativas que abordam a questão das mudanças climáticas e quais são as soluções que as populações dos territórios consideram importantes, essa é uma das etapas que trazemos de fortalecimento. As comunidades sabem e conhecem bem as suas realidades.

[Quando falamos da] melhoria da qualidade de vida pela geração de renda e da melhoria da Educação, de projetos que levem ao empoderamento e ao fortalecimento da organização social, fundamental para as questões dos territórios, também estamos falando de uma necessidade fundamental que está relacionada à Justiça Climática.

A FAS trabalha e acredita fortemente que as atividades de Educação têm papel fundamental para pensar e fortalecer as comunidades em torno da questão das mudanças climáticas e como essas comunidades enxergam e pensam em soluções para o seu sistema.

NATALY SIMÕES_ Na sua opinião, a atuação próxima das populações dos territórios, com a escuta ativa delas, contribui para a maior efetividade dos projetos?

FABIANA CUNHA_ Partimos do princípio que não chegamos com soluções prontas. Quando atuamos nesses territórios, a Fundação faz essa escuta ativa e tem essa presença nos territórios. A partir da

escuta e em colaboração com os protagonistas desses territórios, estruturamos as ações e projetos que vão alcançá-las.

Nesse sentido, entendemos que cada território é único e precisamos reconhecer essas especificidades na cocriação dos projetos. Isso precisa ser colocado, entendendo como funciona o tempo da comunidade, como funciona a questão das necessidades locais desses territórios, levando em consideração a sua cultura e o seu modo de viver em relação à natureza. Todos esses pontos são fundamentais para pensar em propostas e projetos para esses territórios.

A partir dessa presença e escuta muito próxima, enxergamos que isso é fundamental para que o projeto seja reconhecido e tenha os resultados que as comunidades almejam.

Antes de tudo, quando o projeto é feito, é para atender uma demanda da comunidade – isso fortalece [e faz com que o] projeto tenha resultados mais duradouros. Quando a comunidade participa desde o início, é engajada e está envolvida na criação, implementação e execução do projeto, os resultados permanecem. Esse o caminho que seguimos nas nossas atuações em campo, nas comunidades e nos territórios.

NATALY SIMÕES_ Mais especificamente sobre o eixo de Educação e Cidadania, quais são as maiores contribuições desse setor para a Justiça Climática?

FABIANA CUNHA_ Em primeiro lugar, junto aos territórios, compreender quais são os desafios climáticos que eles vivenciam. Trazer

a perspectiva de informações confiáveis e que sejam acessíveis a respeito das questões das mudanças climáticas. Acho que aproximá-los desses debates e conteúdos é fundamental.

Esses territórios vivenciam de maneiras e de contextos diferenciados [as mudanças climáticas]. Mas, quando trabalhamos essas temáticas e conceitos por meio da Educação, conseguimos fortalecer grupos como as mulheres, os jovens, os líderes-anciãos, para que eles se tornem protagonistas quando se trata dos impactos [da Crise Climática] e soluções para eles. São necessidades de mitigação e adaptação. E isso é feito também por meio de um processo educativo.

Ao levarmos e trabalharmos esses conteúdos de forma acessível, trazendo informações seguras e confiáveis, fortalecemos o protagonismo e damos a eles elementos para que possam trabalhar de forma ativa nos seus territórios em busca das soluções.

NATALY SIMÕES_ Um dos projetos ligados à Educação e Cidadania é o Projeto de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes Ribeirinhas da Amazônia (Dicara). Nele, a FAS atua em áreas remotas do território com foco em ações de integração e preparo de jovens para participação cidadã em suas localidades e para o cuidado com o meio ambiente. Na prática, como se dá esse engajamento de crianças e jovens ribeirinhos?

FABIANA CUNHA_ O projeto Dicara ocorre em diferentes contextos e territórios nos municípios. E o engajamento das crianças, adolescentes e das lideranças é feito desde o início. O projeto parte de

uma demanda local, então desde o primeiro momento escuta-se as necessidades dos jovens, das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

Um ponto muito interessante é que a definição de como e onde essas atividades vão acontecer, é realizada por meio de um seminário, no qual as crianças e suas famílias decidem como participar do projeto que vai acontecer ao longo dos anos.

Desde o início, trabalhamos nessa perspectiva de eles terem voz para definir o que vai funcionar melhor para eles. Isso inclui a definição dos cursos, especialmente a questão da Educação Ambiental: como e onde vamos trabalhar a Educação Ambiental e quais são os assuntos que eles têm anseio em aprender.

Outro ponto muito importante é que já trabalhamos desde cedo essa preparação de futuras lideranças para que estejam engajadas em seus territórios e ocuparem os espaços de discussão a respeito de suas vidas, sejam eles os espaços maiores, como os grandes centros ou fóruns, ou dentro dos seus próprios territórios, como as associações locais e os conselhos,

Esse é um passo muito importante do projeto Dicara, em que contribuimos para que, mesmo após o encerramento do ciclo de projetos, os resultados permaneçam, porque fortalecemos essa futura liderança que vai ocupar esses espaços de discussão.

E o Dicara traz atividades que são transversais e práticas, para que, a partir delas, as crianças e os adolescentes tenham conhecimento, principalmente a respeito de seus direitos.

Como chegamos em territórios muito distantes da sede dos municípios, pouco se fala sobre os direitos dessas crianças e adolescentes.

Assim, o projeto tem essa estratégia de chegar nesses territórios mais distantes para trabalhar na perspectiva da proteção, fortalecendo a cidadania através de cursos livres ou até mesmo de atividades esportivas. Isso fortalece a relação deles com o seu próprio território, porque eles conseguem compreender que é possível ter qualidade de vida e se desenvolver no local onde se vive.

O projeto permite, ainda, que os jovens vivenciem essas possibilidades e essas atividades para construir o seu projeto de vida. Ou seja: onde ele está hoje, onde quer estar amanhã e o que precisa fazer para alcançar esses sonhos.

Dentro do projeto, há uma atividade que mobiliza desde a questão da formação de lideranças jovens até a realização de encontros, onde eles se reúnem para conversar sobre as problemáticas comuns – em relação à Educação, Saúde, Esporte, Direito ao Lazer, Direito à Água, energia – e também para propor soluções identificadas pelas juventudes nos territórios. Os documentos produzidos nos encontros são encaminhados para as instituições competentes e organizações que atuam com essas questões nos territórios atendidos.

Um ponto bem interessante é que a FAS não substitui a atuação de nenhuma instituição responsável pela Educação, Segurança, etc. Apoiamos e criamos espaços para que haja diálogo e que essas demandas consigam chegar até lá e serem ouvidas. Mostramos o caminho, mas a voz é deles: quem fala, sabe e sente o que acontece

ali no território são eles. Nosso trabalho visa muito reforçar esse protagonismo.

NATALY SIMÕES_ Existe uma nomenclatura que tem sido bastante usada quando falamos de populações amazônicas, que é “povos da floresta”. Utilizada pelo ambientalista Chico Mendes, “povos da floresta” são os habitantes tradicionais do território amazônico: indígenas, seringueiros, ribeirinhos e outros povos que precisam da mata e dos rios para sua sobrevivência, além de deter o conhecimento de como utilizar esses recursos naturais sem destruir o meio ambiente. Ao atuar com essas populações, quais especificidades precisam ser observadas?

FABIANA CUNHA_ Quando atuamos com os povos da floresta, é preciso um profundo respeito ao conhecimento tradicional e ancestral que esses povos e comunidades detêm.

E todo um respeito muito profundo também em relação a como eles entendem, decidem e vivem com relação às questões da conservação do seu ambiente. Enfim, de como eles materializam ali as suas necessidades de Educação, de Saúde, entre outras.

Acho que o primeiro ponto é partir desse reconhecimento. E, com base nisso, é reconhecer e respeitar essa ancestralidade e todo esse conhecimento. E, a partir do conhecimento, da realidade, dos contextos, da cultura, de suas representações, costumes e ritmos, pensar coletivamente as soluções que vão trazer o bem-estar.

Quando a Fundação [Amazônia Sustentável] trabalha a questão da conservação, é preciso trabalhar a conservação das florestas e do meio ambiente em si, mas primeiramente olhamos para as pessoas que estão lá, para os povos da floresta.

Quando eles tem a sua qualidade de vida respeitada e atendida é que vamos ter, consequentemente, um meio ambiente preservado.

NATALY SIMÕES_ “O Norte existe” é outra expressão empregada para destacar a falta de visibilidade das populações e saberes originários da região Norte do Brasil, onde localiza-se a Amazônia. Via de regra, há pouco destaque para essas vivências no resto do Brasil, além de muita ignorância sobre a realidade dos estados nortistas. Em especial diante da proximidade da COP30, que será em Belém (PA), como você vê essa questão? O que você gostaria que o resto do Brasil, em especial os sudestinos, soubesse sobre os povos do Norte do Brasil?

FABIANA CUNHA_ Essa expressão é um chamado para o reconhecimento e valorização dos povos e populações que aqui vivem. Acredito que a COP30 da Amazônia é uma oportunidade histórica de dar visibilidade e colocar os povos da floresta no centro dos debates, não só acerca dos problemas mas, principalmente acerca das soluções para esses territórios.

Acho que essa é uma oportunidade importante de mostrar para o Brasil e para o mundo que nesses territórios há inovação, há um saber ancestral, há uma potencialidade ainda que ainda não

tem o investimento necessário para o seu desenvolvimento, e que há um conjunto de soluções possíveis que esses territórios já vêm discutindo há muito tempo.

Então, não é só a oportunidade deles terem a voz, já que é algo que acontece na Amazônia, mas que eles também estejam nos debates, para que eles indiquem e falem sobre as possibilidades e soluções que eles enxergam para o desenvolvimento dos seus territórios.

Além disso, chamar atenção para a necessidade de investimentos sustentáveis nesses territórios. Se já se tem a solução, se aqui temos inovação, como que fazemos para isso ser melhor desenvolvido? Como fazemos para os investimentos chegarem nesses territórios, para que essas comunidades desenvolvam os seus territórios, trazendo a conservação e a melhoria da qualidade de vida nessas localidades?

Enxergo isso como uma grande oportunidade.

NATALY SIMÕES_ E como está a expectativa, especificamente na Fundação Amazônia Sustentável para a COP?

FABIANA CUNHA_ Estamos com uma ótima expectativa para que a COP em Belém (PA), de fato, coloque os povos da floresta no centro dos debates globais. Essa é a nossa maior expectativa. Ou seja, trazer os povos para debater sobre as questões do clima a partir deles e com as soluções propostas por eles, é fundamental para avançarmos não só nas negociações, mas também nas soluções. Como vamos implementar? Quais soluções precisam ser realizadas?

Lembro de uma conversa que eu vivi numa roda de mulheres, na qual estávamos abordando com elas exatamente a expectativa em relação à COP.

E aí eu fui conversar com uma jovem que participa conosco de um projeto chamado Repórteres da Floresta, que busca fortalecer a intercomunicação para que aquilo que se fale sobre esses territórios não seja alguém [externo] contando, [mas que] sejam eles contando a sobre a realidade deles.

[Nesse projeto] eles abordam diversos temas, inclusive de doenças climáticas. E aí perguntei para ela: o que você acha que os jovens podem esperar? E ela respondeu assim: “Eu não queria mais que a gente ficasse pensando no que pode acontecer. A juventude já vive em um cenário de incerteza. Nessa COP, queria que os jovens e todos os grupos pudessem falar de soluções, porque é isso que a gente espera.”

Isso me marcou bastante. Essa escuta foi recente e fiquei com isso. Eu falei: a juventude tem essa expectativa de soluções. Com esse intuito, a FAS está organizando uma jornada COP30 que mobiliza comunidades ribeirinhas, povos indígenas, comunidades quilombolas, pesquisadores e instituições parceiras para uma construção coletiva de planos de adaptação climática a partir dos territórios.

Achamos que isso é um marco, de fato, de valorização e de apresentação dessas potenciais soluções para o mundo.

Enxergamos isso como sendo algo relevante, especialmente porque traz eles para esse momento de construção. É um momento coletivo: quando falamos de plano de adaptação para o

território, é pensar quais são as soluções, por exemplo, para a água nesses territórios.

Aqui tivemos eventos de seca extrema, nos quais o acesso à água potável ficou muito difícil para muitas populações. Como podemos falar se falta água ou se não há acesso à energia? Como avançar nessas questões?

Esses planos [de mitigação e adaptação] que estão sendo elaborados durante essa jornada, serão finalizados quando desembarcarmos lá em Belém para a COP30.

É um marco para a valorização dos conhecimentos tradicionais, [um marco para eles] estarem ali, no centro do debate, a partir de suas próprias vozes. Não precisam de [outras] pessoas falando deles.

Isso é a nossa expectativa para essa COP30 em Belém.

Acho também que estamos em um movimento muito importante de ouvir os diferentes territórios no Brasil e na Amazônia. Ao trazer essa escuta, potencializamos e trazemos para eles a sensação de que eles precisam estar lá. Essa também é a mensagem que eu deixo: que as pessoas dos territórios estejam lá em espaços qualificados, de fala, de disputa e de debate. Desejo que isso seja constante, não só durante a COP. Após a COP, que a gente continue num debate intenso relacionado às práticas de adaptação e mitigação e que esse movimento continue.

EXPEDIENTE

CIDADE ESCOLA APRENDIZ | EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

Coordenação técnica:

Lia Salomão
Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Texto e Edição:

Tory Helena

Entrevistas:

Nataly Simões
Tory Helena

Revisão:

Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Conteúdo digital:

Larissa Alves

Projeto Gráfico:

Gustavo Abumrad

Diagramação:

Glaucia Cavalcante

CIDADE ESCOLA APRENDIZ:

Direção Colegiada:

Paula Patrone
Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Direção Institucional:

Paula Patrone

Direção de Programas:

Raiana Ribeiro

Direção de Comunicação para o Desenvolvimento:

Roberta Tasselli

Gestão do Programa Educação e Território:

Lia Salomão



Este material está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**).

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ



EDUCAÇÃO
E TERRITÓRIO